

CEAA

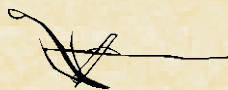
Centro de Estudos Arnaldo Araújo
Escola Superior Artística do Porto

**Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso
e Joana Cunha Leal**

**DOIS PARÂMETROS DE ARQUITECTURA
POSTOS EM SURDINA**

Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional

CADERNO 3



**Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso
e Joana Cunha Leal**

**DOIS PARÂMETROS DE ARQUITECTURA
POSTOS EM SURDINA**

Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional

CADERNO 3

Edições Caseiras / 18

Título:

DOIS PARÂMETROS DE ARQUITECTURA POSTOS EM SURDINA. Leitura crítica do Inquérito à arquitectura regional. CADERNO 3

Autor:

Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal

© Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal, CESAP/CEAA, 2013

Arranjo gráfico:

Jorge Cunha Pimentel

Composição:

Joana Couto

Edição:

Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESAP/ESAP

Propriedade:

Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto
R. do Infante D. Henrique, 131
4050-298 PORTO, PORTUGAL
Telef: +351 223 392 100/40
Fax: +351 223 392 101

Impressão e acabamento:

LITOPORTO Artes Gráficas Lda

1ª edição, Porto, Junho de 2013

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-972-8784-46-1

Depósito Legal:

Este livro foi realizado no âmbito do projecto *A "Arquitectura Popular em Portugal". Uma Leitura Crítica* tendo enquanto tal sido financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE (FCOMP-01-0124-FEDER-008832) e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AUR-AQ1/099063/2008).



União Europeia - FSE / FEDER



Centro de Estudos Arnaldo Araújo
Escola Superior Artística do Porto
Largo de S. Domingos, 80
4050-545 PORTO PORTUGAL
Telef.: 223392130 / Fax.: 223392139
e-mail: ceaa@esap.pt

www.esap.pt

Publicação sujeita a peer review

A equipa do projecto *A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma Leitura Crítica*, que decorre entre 1 de Abril de 2010 e 31 de Março de 2013, com prolongamento até 30 de Junho de 2013, é constituída por Pedro Vieira de Almeida (investigador responsável), Alexandra Cardoso, Joana Cunha Leal e Maria Helena Maia e tem como consultores Josefina Gonzalez Cubero, Mariann Simon e Miguel Angel de la Iglésia.

O projecto é financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE (FCOMP-01-0124-FEDER-008832) e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AUR-AQI/099063/2008).



Pedro Vieira de Almeida, Hasselt (Belgica), 2006

Dedicamos este trabalho ao Pedro, nosso IR sempre tão presente

II PARTE

NOTA INTRODUTÓRIA

TEXTOS INCOMPLETOS DE PEDRO VIEIRA DE ALMEIDA

O Inquérito em questão

II Parte – Mapas e Cartas

A CONSTRUÇÃO DAS CARTAS, QUADROS E MAPAS FINAIS

Preparação da documentação gráfica publicada

Os dois parâmetros

Primeiro parâmetro: espessura

Segundo parâmetro: espaço-transição

Notas finais

ANEXOS

NOTA INTRODUTÓRIA

Este é o terceiro volume das conclusões do projecto de investigação *A Arquitectura Popular em Portugal. Uma Leitura Crítica* que em 2009 apresentamos à FCT e por ela foi financiado a partir de Março de 2010.

Entre essa data e o momento em que redigimos este texto medeia um enorme percurso de aprendizagem, tanto em relação ao tema que nos propusemos estudar, como em relação aos pressupostos de organização e de funcionamento de equipa que um projecto de investigação implica.

Neste processo contamos com a enorme vantagem de ter por investigador responsável Pedro Vieira de Almeida, a quem verdadeiramente se deve o tema do projecto e a sua concepção teórica.

Como facilmente se reconhece, a formulação teórica em volta da *espessura* e do *espaço-transição*, isto é, dos dois parâmetros expressivos da arquitectura que nos propusemos tratar neste projecto, tem por base o trabalho de toda uma vida em que a reflexão teórica sobre o espaço em arquitectura constituiu um vector fundamental.

Neste processo contamos também com a enorme desvantagem de termos perdido Pedro Vieira de Almeida exactamente a meio do projecto. Esta perda irremediável obrigou-nos a uma reorganização profunda e trouxe-nos alguns problemas, nomeadamente de enquadramento ético, quanto ao modo como havia de dar-se continuidade ao trabalho.

Efectivamente, se o estudo do Inquérito à Arquitectura Regional no seu significado historiográfico e nas implicações históricas, mais ou menos evidentes¹, não nos traz qualquer problema, já o mesmo não acontece com a utilização e desenvolvimento do trabalho que tem como ponto de partida a construção teórica associada aos dois parâmetros pensados e definidos por Pedro Vieira de Almeida.

À data da sua morte, este encontrava-se a terminar a redacção da reflexão teórica que constitui uma das pedras-chave deste projecto. Encontrava-se a terminar, mas não terminou, até porque essa reflexão dependia do próprio desenvolvimento do projecto.

Face a esta situação, procuramos por um lado continuar um trabalho cujas bases tinham sido claramente ponderadas e estabelecidas, tentando levá-lo a bom termo e, por outro lado, salvaguardar a autoria do contributo de Pedro Vieira de Almeida.

1. Estes aspectos são tratados no *Caderno 4*

Foi isso que quisemos fazer com a comunicação *Pedro Vieira de Almeida and the Survey* apresentada na conferência internacional *Surveys on Vernacular Architecture. Their significance in the 20th century architectural culture* (2012) e também é isso que pretendemos que seja claro neste nosso trabalho.

Pedro Vieira de Almeida é o elemento da equipa que estando ausente está todavia presente em todo o trabalho pois não seria possível concretizar este projecto sem nos socorrermos do seu contributo fundador.

Assim fizemos, utilizando-o com a liberdade que teríamos tido se continuasse vivo, sempre com o cuidado de preservar a identidade do seu pensamento.

Daí a inclusão de vários textos que deixou incompletos, respeitando essa realidade. Daí também a extensão de várias das citações que fazemos do seu trabalho. São o modo que encontrámos de o integrar plenamente.

Os quatro volumes – a que chamamos *Cadernos* – em que entendemos dividir a publicação das conclusões do projecto, apresentarem diferentes autorias:

O *Caderno 1* é integralmente de Pedro Vieira de Almeida, e por conseguinte as decisões editoriais foram mínimas.

Também de Pedro Vieira de Almeida é a autoria do *Caderno 2*, que contou já com decisões editoriais póstumas de maior vulto, nomeadamente no que se refere à versão final do texto publicado e à selecção das imagens que o acompanham.

O conjunto destes dois *Cadernos* constitui a **I Parte** das conclusões do Projecto. A decisão de a dividir em dois volumes foi ainda de Vieira de Almeida, que considerava o formato de trabalho das edições caseiras do CEEA como o ideal para o efeito.

Coube depois à equipa a redacção dos *Cadernos 3 e 4*, correspondendo às II e III Partes do projecto.

Efectivamente, desde o início que se previu a organização das conclusões do projecto em três partes, que resultariam do projecto iniciado com a apresentação do trabalho, no que chamamos o *Documento Zero*².

Uma I Parte corresponderia à fundamentação e desenvolvimento teórico do trabalho. Numa 2ª Parte apresentar-se-ia a metodologia utilizada e a documentação gráfica produzida – mapas e cartas – com vista à releitura do Inquérito a partir dos parâmetros definidos. Para uma 3ª Parte deixava-se o enquadramento historiográfico.

A estas três partes, entendemos ainda ser útil juntar, em volume autónomo, um texto datado de entre 2005 e 2009, onde Pedro Vieira de Almeida tinha começado a trabalhar as suas ideias sobre a espessura enquanto parâmetro expressivo da arquitectura.

Nesta tarefa, optamos por não repetir a totalidade do trabalho publicado em livros, revistas da especialidade e actas de encontros científicos nacionais e internacionais, se bem que dele nos tenhamos socorrido para o enquadramento do papel do Inquérito na cultura arquitectónica portuguesa.

2. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O propósito de uma investigação. Documento zero*. Porto: CEEA, Edições Caseiras/14, 2010

No que a este *Caderno 3* se refere, registamos origem do trabalho aqui plasmado nas sessões de trabalho da equipa, ainda com Pedro Vieira de Almeida. Não querendo alijar responsabilidades quanto aos resultados, importa no entanto reconhecer que tentamos dar corpo a uma ideia que era sua.

Esperamos tê-lo conseguido.

TEXTOS INCOMPLETOS DE PEDRO VIEIRA DE ALMEIDA

O INQUÉRITO EM QUESTÃO

Pedro Vieira de Almeida, Março 2009

Talvez uma prevenção seja necessária.

Ao abordar neste trabalho uma investigação tendo por base o “Inquérito”, não se está minimamente a pensar em levantar qualquer libelo contra aquele trabalho levado a cabo pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos em 58.

Pelo contrário trata-se sim de estudar atenta e detalhadamente o riquíssimo espólio recolhido e tentar servirmo-nos dele como valioso ponto de partida para outros questionamentos, que não tem a ver directamente com uma avaliação directa das inúmeras qualidades do Inquérito, ou de algumas inconsequências que certamente também apresenta.

Certo que ao longo deste trabalho poderão aparecer naturais divergências em relação ao volume publicado.

Mas em caso algum esses pontos de discordância se constituem como objectivo em si

São divergências marginais resultantes do próprio trabalho de elaboração do estudo agora ensaiado

É conhecido que de há anos já, tenho sido crítico de uma interpretação que diria “mítica” da História da Arquitectura Moderna em Portugal, interpretação na qual o Inquérito tem constituído pedra fundamental.

Mas esse aspecto agora só importa lateralmente.

Não vale a pena lutar contra os mitos largamente cultivados.

Essa desmitização ocorrerá necessariamente através do alargamento de estudos como o que agora se ensaia.

O que se trata neste momento, o aprofundamento das ilacções que a documentação recolhida parece permitir, corresponde até a uma das solicitações implícitas no prefácio da segunda edição, a de 1979, que lamentava ainda pouco se ter feito para aprofundar as múltiplas pistas de estudo” com isso dando o merecido seguimento ao esforço tão generoso e entusiasticamente dispensado por um grupo de arquitectos na década anterior, tomando o espólio recolhido, como base para uma análise em bases contemporâneas.

Um dos argumentos avançados para o lançamento do Inquérito, terá sido o de provar ao Governo do Estado Novo, a não existência de um modelo de arquitectura que fosse marcadamente português, mas sim a existência de uma

diversidade de modelos em situações, que responderiam a específicos condicionamento físicos.

Fosse ou não inteiramente correcta a análise que então se fazia da situação, o trabalho que foi produzido tem o maior mérito e permite-nos hoje reler a documentação então registada.

E é esse o objectivo deste trabalho.

Como Argan refere “é sempre um problema do presente que determina a problematicidade do passado”³.

Aqui o tema central do questionamento que queremos lançar, é o da *identidade* das expressões arquitectónicas.

Posta desta maneira a questão ultrapassa largamente as históricas tentativas feitas no final do século XIX, princípios do século XX, que se envolviam com a velha questão da “casa portuguesa”, ou de um estilo português específico, que efectivamente não passam de pretensos problemas, porque mal definidos a nível profissional e mal enquadrados a nível cultural.

Nesta crítica genérica afastamos evidentemente com particular empenho e como casos paradigmáticos o contributo de Raul Lino, bem como o de Carlos Ramos por razões concretas que serão enunciadas mais tarde.

E cito estes dois nomes por serem os apontados genericamente como de arquitectos mais largamente “comprometidos” com a ideia de um portugalismo na arquitectura.

De facto hoje tem toda a pertinência a questão da *post-modernidade*, noção que tenho entendido não apenas como de uma passiva resistência, mas como activa arma de combate cultural.

Defini-a assim, ainda sem detalhar as suas consequências, em 1988 creio, no Centro Pierre Francastel.

Posteriormente tenho-a elaborado e tenho vindo a verificar da sua oportunidade maior.

Sem repetir uma vez mais o que sobre o assunto tenho dito, basta recordar que perante uma ideia de “Globalização” que astuciosamente se pretende como sendo a característica cultural do mundo contemporâneo, se perfilou num primeiro momento a evidência de um *Regionalismo Crítico*, o que ficamos a dever na sua formulação mais interventiva a Keneth Frampton, baseado embora em trabalhos anteriores de Tzonis e Lefebvre.

Este *Regionalismo Crítico*, foi desde logo assumido pelo seu mais recente autor como de resistência a uma uniformização cultural, em desenvolvimento.

Mas suponho que a ideia de um *Regionalismo Crítico* se indiscutivelmente meritória, pode revelar-se insuficiente, sobretudo por dar azo a interpretações culturalmente perversas e de estofos reaccionários, de um isolacionismo assumido.

É necessário associar a esta, a ideia complementar de um *Internacionalismo*

3. Giulio Carlo ARGAN – *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pág. 37

Crítico, prevendo nesta designação, a absorção exigentemente crítica, de toda a informação exterior.

Só uma ponderação consciente, – da qual somos a cada momento inteiramente responsáveis – nunca inteiramente concluída, só do equilíbrio destas duas posições dialecticamente complementares, será possível uma concreta tomada de posição culturalmente estruturada.

E é esta ponderação consciente em que profissionalmente se aceita um responsável diálogo com o exterior e de modo idêntico se aceitam seriamente as motivações de uma expressão regional, que estrutura aquilo que pode ser em termos teóricos o que podemos chamar uma *Post Modernidade*.

Esta entendida não como um movimento, mas como largo paradigma cultural.

É minha convicção de resto que terá sido prejudicial à reflexão que o Inquérito propunha e mesmo à realização do próprio Inquérito no terreno, uma atitude prévia muito mais atenta aos factores de uma diversidade na arquitectura nacional, nisso querendo negar a existência de qualquer “modelo”, do que a factores de uma eventual convergência expressiva ou de habitabilidade.

Essa ideia não permitiu ver a existência de alguns parâmetros que, claro, sem serem definidores de “modelos” únicos de norte a sul do país, não deixam de constituir referências geograficamente bastante disseminadas mas consistentes.

Escrevo modelo entre aspas determinadamente, para sobre ele chamar a atenção.

É que naquele raciocínio e subjacente nas motivações e nos textos do Inquérito, infiltrava-se uma particular noção de modelo, que tenho por totalmente prejudicial não só entre nós, mas em toda a história da arquitectura.

Modelo, se tomado como um todo acabado, como o entendia Quatremère de Quincy, enquanto um figurino apto a estabelecer-se como norma a respeitar, não tem sentido crítico.

E a larga aceitação que lhe tem sido reservada, não o pode legitimar.

Mesmo com as prevenções de Argan que

Esse “modelo” assim entendido, não existe nem podia.

Modelo só pode ser exemplificado com verdadeiro sentido crítico, e assim me parece ter sido entendido ao longo da História, por uma obra que contenha elementos expressivos particularmente bem problematizados ou resolvidos, podendo aí servir para estudo desses mesmos elementos, numa nova obra que em parte os utiliza como material próprio.

Um modelo é assim apenas um fautor de influências.

Poderíamos então dizer que a noção de “modelo” implícita no Inquérito

certamente não haveria.

Por ser entendido como único, por ser entendido como figurino.

Mas se tivesse sido encarada a noção de modelo de uma maneira mais aberta mais operativa e menos académica, talvez esses modelos tendessem a surgir de uma maneira que afinal ainda hoje passado meio século podemos detectar na documentação recolhida.

Nota das editoras

O presente texto de Pedro Vieira de Almeida encontrava-se em fase de redacção, tendo nós optado por publica-lo tal como se apresentava.

II PARTE – MAPAS E CARTAS

Pedro Vieira de Almeida

Seriação dos procedimentos concretos no campo.

Unir mapas de Regiões de Portugal consideradas no Inquérito.

Normalizar sinais.

MAPAS e CARTAS

Esclarecer tipologias usadas.

Fazer consulta em Espanha.

1)- Relatório das tentativas de chegar à documentação em arquivo.

2)- Para uma utilização mais ponderada do "Inquérito", iniciámos o trabalho prático com uma tentativa de leitura o mais uniforme possível da documentação existente o que nos levou a fazer coincidir as fronteiras das zonas inquiridas. -----1 CARTA

Isso permitiu perceber a falta que fazia para uma informação equilibrada, o inexistente mapa resumo da zona cinco pelo que o decidimos tentar fazer dele um esboço, tentando identificar no território as localizações dos exemplos recolhidos ou referidos no texto.----- 2 CARTA.

Foi feita a "limpeza" de todos os mapas resumo, retirando deles quaisquer referências a estruturas que ainda que tivessem tido sentido na recolha que ao tempo se fez, para o nosso objectivo resultavam excedentárias. -----3 CARTA

Simultaneamente e com a mesma preocupação, entendemos dever uniformizar todos os símbolos que nas diversas zonas registavam as várias tipologias. -----4 CARTA

Só nesse momento estivemos em situação de poder avaliar o material recolhido no seu todo para escolher que zonas precisas do território nacional decidíamos visitar.

Fica assim claro que com a documentação que posteriormente recolhemos, não pretendemos estabelecer qualquer tipo de amostragem tendente à realização de uma espécie de um embrião de um "contra-Inquérito".

Os exemplos que vieram a ser fotografados e registados embora com uma ou

outra excepção no conjunto insignificativa, foram escolhidos precisamente porque pareciam apoiar o tipo de elementos expressivos a linguagem arquitectónica que nos tínhamos imposto analisar isto é a importância da “**espessura da parede**” na determinação do espaço interior e o significado social do “**espaço-transição**” na socialização da casa.

Como será evidente este objectivo determina várias outras observações e consequências.

Não só os exemplos recolhidos são orientados para um objectivo definido, como também os próprios locais visitados, foram escolhidas expressamente com a intenção de organizar mais facilmente um plano de análise credível.

Foi aqui que o “Inquérito” demonstrou a sua grande utilidade prática, já que serviu como guia e mapa para uma rápida verificação dos locais que seriam hipoteticamente mais produtivos.

Verificámos que no que toca ao parâmetro **espaço-transição** das seis das zonas consideradas no Inquérito, as mais promissoras poderiam ser a das Beiras.

Em relação ao parâmetro **espessura de parede** e às suas consequências espaciais pareceu que um melhor conhecimento da zona algarvia recolhendo elementos nas casas de taipa seria numa primeira aproximação recomendável.

De imediato se formou a ideia de visitar algumas zonas controle⁴

Também com este intuito foram abordadas algumas limitadas faixas territoriais em Espanha, que foram devidamente assinaladas e justificadas.

Nota das editoras

O presente texto de Pedro Vieira de Almeida encontrava-se em fase de redacção, tendo nós optado por publica-lo tal como se apresentava, com apenas uma excepção, constituída pela passagem de uma anotação incluída no texto para nota de rodapé.

INQUÉRITO - GRATISMOS.

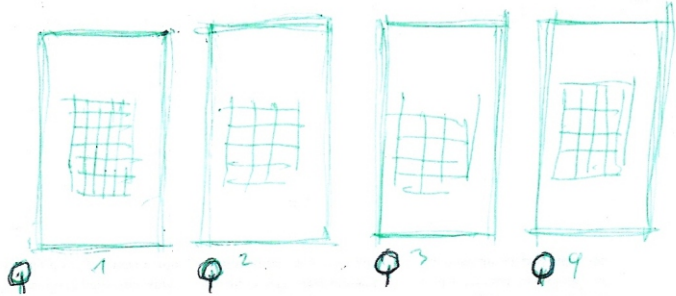
PROPOSTA

Quanto de todos os sistemas

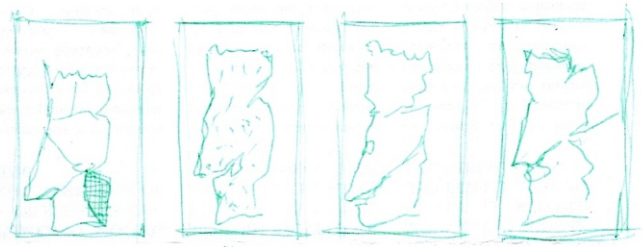
Quanto global do grupo - sistema mais geral

Sistema mais complexo e mais arquitetónico

Sistema final



Quanto



cartas

1. ESTUDADA
Indicção da falta

2. Integração
preencher as zonas brancas

3. Integração dos
linhas em arquitetura

4. Sistema
Não se pode prever
se como proceder
ante o campo de prática

MÉTODOS

1. Todos os sistemas utilizados a general, isolados para computadores
armados pelos significados. Quanto regista

Para	1	2	3	4
para	0	1	2	3
net				

2. Quanto regista com sinais simplificados e isolados.

3. Se mais com valor arquitetónico direto.

4. Carta de post com sinais sintéticos/contemporâneos
valor arquitetónico.

JUSTIFICAÇÃO das FIBES

Esquemas elaborados por Pedro Vieira de Almeida em Março de 2010, durante a primeira fase de programação do trabalho

A CONSTRUÇÃO DAS CARTAS, QUADROS E MAPAS FINAIS

5. *Arquitectura Popular em Portugal*. Sindicato Nacional dos Arquitectos, Lisboa, 1ª edição 1961 (2 vol.) 2ª edição: Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1980 (1 vol.); 3ª edição: Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1988 (3vol.); 4ª edição: Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004 (2 vol.). Neste relatório, todas as citações referem-se à 3ª edição

6. Sabemos terem sido recolhidos “10.000 fotografias, centenas de desenhos e de levantamentos, e milhares de notas escritas” (Vd. Introdução ao Inquérito) dos quais só foram publicados cerca de 2.000 e solicitamos oficialmente a sua consulta, mas não nos foi dado acesso à documentação. Em contrapartida foi-nos facultada a consulta de um CD Rom contendo alguma documentação que não tinha sido publicada. Supomos que esta dificuldade derivou do facto da Ordem dos Arquitectos se encontrar a preparar a base de dados OA PIX, que actualmente disponibiliza *on line* alguma dessa documentação.

7. Ver Anexos

8. Para a elaboração do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, Portugal Continental foi dividido em seis zonas, sendo o trabalho correspondente a cada zona entregue a uma equipa composta por 3 arquitectos. Zona 1 – *Minho, Douro Litoral e Beira Litoral* (Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres, Zona 2 – *Trás-os-Montes e Alto Douro* (Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo e Carlos Carvalho Dias), Zona 3 – *Beiras* (Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo e João José Malato), Zona 4 – *Estremadura, Ribatejo e Beira Litoral* (Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco da Silva Dias), Zona 5 – *Alentejo* (Frederico George, António Azevedo Gomes e Alfredo da Mata Antunes), Zona 6 – *Algarve, Baixo Alentejo e Alentejo Litoral* (Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres).

A tarefa de tratamento da informação e elaboração de mapas inerente ao nosso projecto de investigação estrutura-se a partir de duas variáveis analíticas da arquitectura, que Vieira de Almeida (2009, 2010) identificou como *parâmetros em surdina*, no caso, a importância da maior ou menor **espessura** das paredes – assim configurando o que chamou uma *poética de paredes delgadas* por um lado e uma *poética de paredes espessas*, por outro – e o **espaço-transição**, ambas entendidas como valores expressivos em si mesmos.

Para garantir a objectividade da leitura que propomos realizar dos dois “parâmetros em surdina”, teremos como base o material “estabilizado” da *Arquitectura Popular em Portugal*⁵, a partir do qual apreciamos e estudamos as arquitecturas de feição não erudita a que concretamente se refere o “Inquérito”, pelo que centramos o nosso estudo em exemplos das estruturas de habitação rural nele registadas.

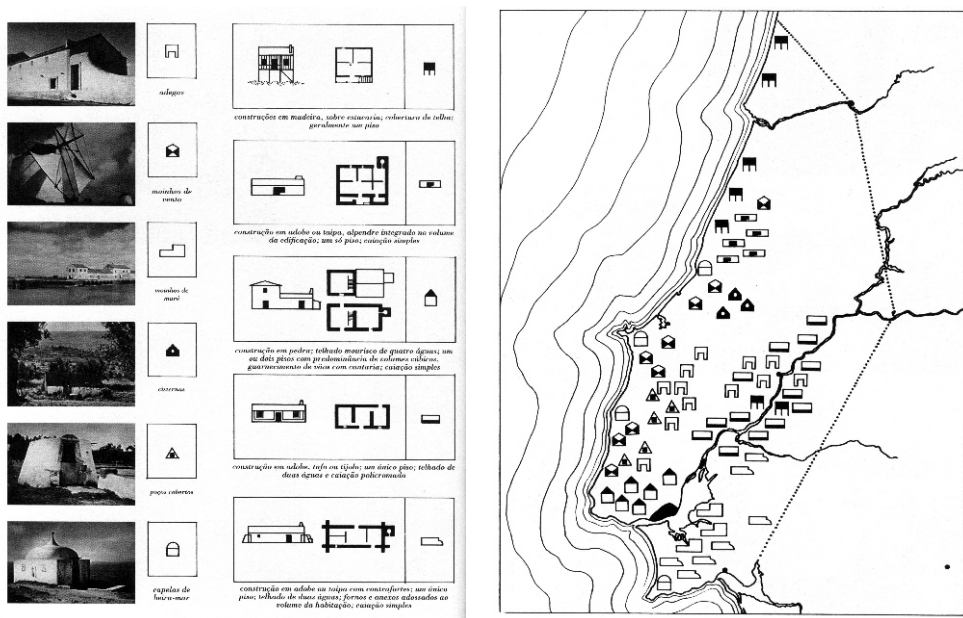
Em complemento, foi trabalhada a documentação constante de espólios de alguns arquitectos que participaram no *Inquérito*, nomeadamente Octávio Lixa Filgueiras e Arnaldo Araújo e foram recolhidos alguns testemunhos como os de Carlos Carvalho Dias e António Menéres, que nos ajudaram a esclarecer algumas das dúvidas e nos deram uma visão mais próxima e humanizada do tema.

Foi também visualizada em suporte digital, a única documentação disponibilizada pela Ordem dos Arquitectos⁶ para consulta interna, de um vasto espólio que está depositado nos seus arquivos. Paralelamente foram realizadas visitas de reconhecimento no terreno que permitiram o cruzamento com a informação gráfica⁷.

Tendo o *Inquérito* como universo de estudo, deparamo-nos, porém, com a impossibilidade de o tomar como um todo, na medida em que, tal como já referimos, parece não ter existido uma metodologia transversal ao trabalho seguido pelas seis equipas, cada uma responsável por uma das seis zonas⁸ em que para tal Portugal foi dividido.

Preparação da documentação gráfica publicada

Desde logo, numa primeira aproximação ao material gráfico do *Inquérito*, registado nos mapas tipológicos por zona, ressalta a ausência de



compatibilização da sinalética empregue zona a zona, o que por si só impossibilita qualquer análise comparada dos resultados.

Efectivamente, cada um destes mapas delimita a zona em estudo, e inscreve sobre a mesma uma série de elementos gráficos que, segundo os seus autores, identificam “as relações, as analogias, a distribuição tipológica” dos edifícios rurais.

No entanto, os elementos gráficos utilizados variam de equipa para equipa, daí resultando uma total ausência de sistematização na notação dos diferentes tipos de construção. O facto da informação ser tratada de modo estanque em cada zona, sem que exista qualquer tipo de permeabilidade, combinada com a falta de uniformidade de critérios na descrição dos tipos arquitectónicos identificados, tornam praticamente impossível uma efectiva leitura global do *Inquérito*.

Foi, portanto decisivo para este trabalho, tratar e trabalhar a documentação existente, através de um processo de sistematização da informação por etapas, que resultou na criação de mapas-resumo progressivamente mais “limpos” de informação excedentária, que permitiram ler todo o território nacional de uma forma mais integrada.

Como método de trabalho para a realização desta tarefa, criámos dois níveis complementares de registo de toda a informação – **cartas e quadros** – sendo que os resultados neles plasmados permitiram não só a interpretação dos dados em termos de conjunto, mas também a planificação das sucessivas fases de aproximação ao tema.

A partir dos mapas tipológicos parciais publicados na *Arquitectura Popular*

Exemplo do mapa tipológico da zona 4 – Estremadura: à esquerda, a legenda dos sinais empregues no mapa da direita que corresponde aos limites da zona.

9. “Introdução” da *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988 (1961), p. 7. A 3ª edição é a citada neste texto.

em Portugal, fizemos coincidir numa única carta, as fronteiras das zonas inquiridas – **Carta 0**.

Assim, digitalizou-se cada um dos mapas existentes que respeitam às zonas 1, 2, 3, 4 e 6. Registe-se que, intencionalmente, a equipa da zona 5 não elaborou qualquer mapa, por considerar que a relação entre elementos que apresentam características comuns não se reflecte numa “firme classificação tipológica arquitectónica”¹⁰, apesar de previamente admitir e identificar “constantes arquitectónicas” pela análise feita a toda a zona que lhe coube tratar¹¹.

Sobre uma base cartográfica de Portugal Continental¹² foi possível sobrepor cada um dos 5 mapas, fazendo coincidir as fronteiras de cada zona, ajustando a escala e os limites definidos por cada uma das equipas. Esta sobreposição veio adicionar um conjunto de informação extra, ao nível das características geográficas e dos elementos fisiográficos, em mapas cujo registo abstracto dificulta a contextualização dos exemplos da arquitectura popular considerados significativos por cada uma das equipas.

A passagem da informação da base digital da Carta 0 para uma base vectorial interactiva – **Carta 1** – vai permitir manusear os dados gráficos recolhidos no Inquérito de uma forma consciente e orientada para o estudo das hipóteses de trabalho formuladas – a **espessura** e o **espaço-transição** – enquanto valores expressivos.

Assim, para cada símbolo utilizado em cada uma das zonas, foi criado o mesmo desenho com referências vectoriais – *bloco* – (software *Autocad*) que permite ser activado ou desactivado, num processo de triagem da informação, através de *filtros* a aplicar em cada fase de estudo.

Para além de constatar um evidente excesso de informação, este exercício permitiu perceber que para um estudo comparado assente numa base uniformizada faltava o mapa resumo da Zona 5 – Alentejo.

Para resolver este vazio, decidimos fazer um esboço do mapa em falta com base numa carta regional anotada pela equipa desta zona¹³. Assim, sobrepôs-se à carta de Portugal Continental a carta de Amorim Girão com o traçado das seis sub-regiões¹⁴ que constituem a zona 5 do Inquérito. Foi então possível identificar a localização e sinalizar os exemplos de habitação mencionados por esta equipa, permitindo assim mapear as tipologias à semelhança do que foi feito para as outras zonas.

Para esta tarefa de ensaiar um mapa tipológico da Zona 5, os exemplos anotados, a representação gráfica empregue, bem como a sua caracterização, basearam-se em pontos de abordagem semelhante que julgamos ter identificado no conjunto das três equipas do sul do país. Note-se que estas equipas foram particularmente sensíveis aos aspectos formais e construtivos da habitação rural, para além da referência a áreas geográficas ter sido um recurso utilizado na zona 6¹⁵ para caracterizar os diferentes tipos da habitação algarvia.

Para cada sub-região foi decidido criar um sinal representativo do essencial

10. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 59

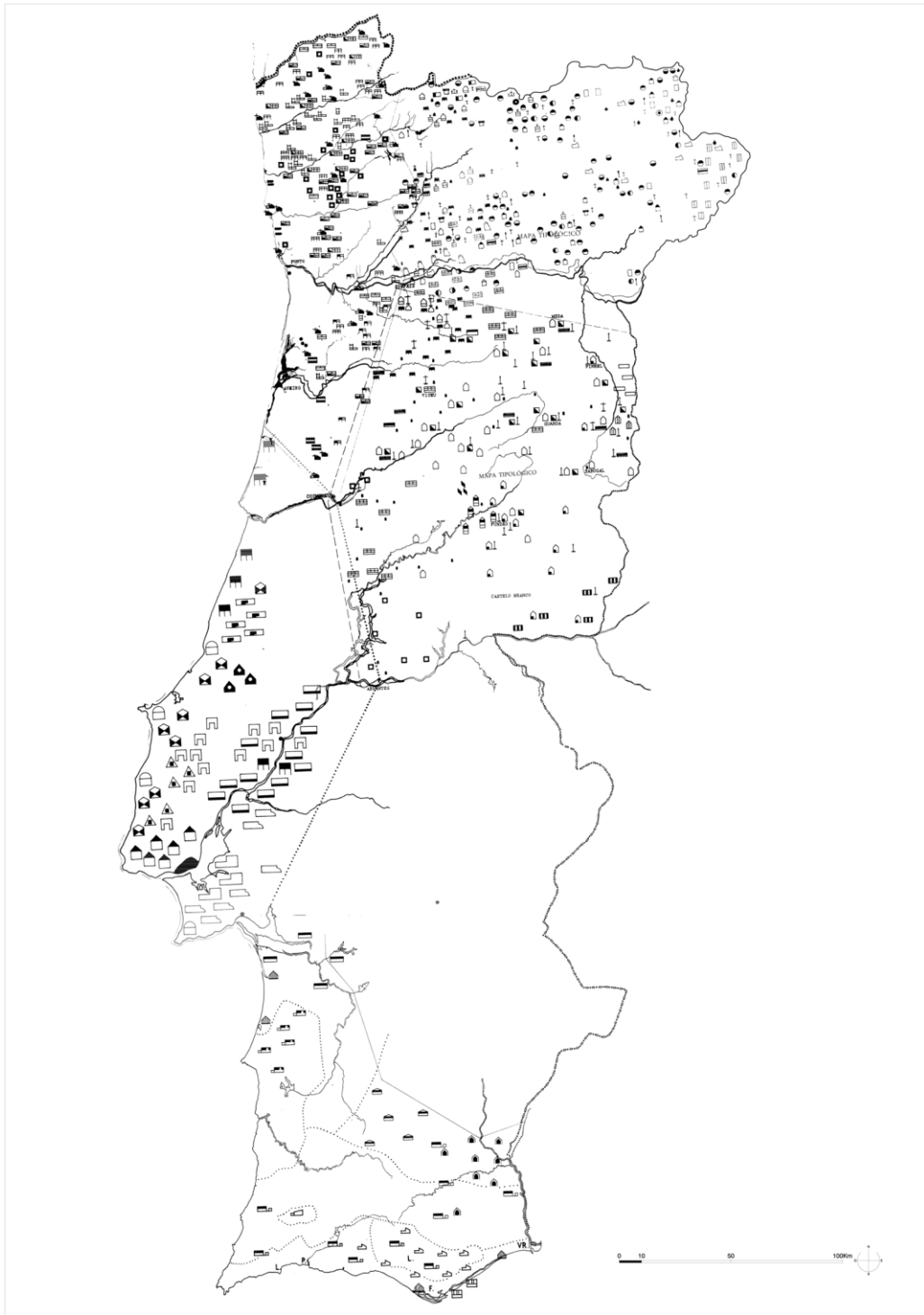
11. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 58

12. As bases utilizadas são: 1) extracto do mapa da Península Ibérica da publicação *O Atlas do Nosso Tempo*, editado por Selecções do Reader's Digest, 1962; 2) Carta de Portugal Continental 1:500.000, disponibilizada on-line no sítio do Instituto Geográfico Português <http://mapas.igeo.pt>; 3) Carta Administrativa Oficial de Portugal [à data de 2009], disponibilizada on-line no sítio do Instituto Geográfico Português <http://mapas.igeo.pt>

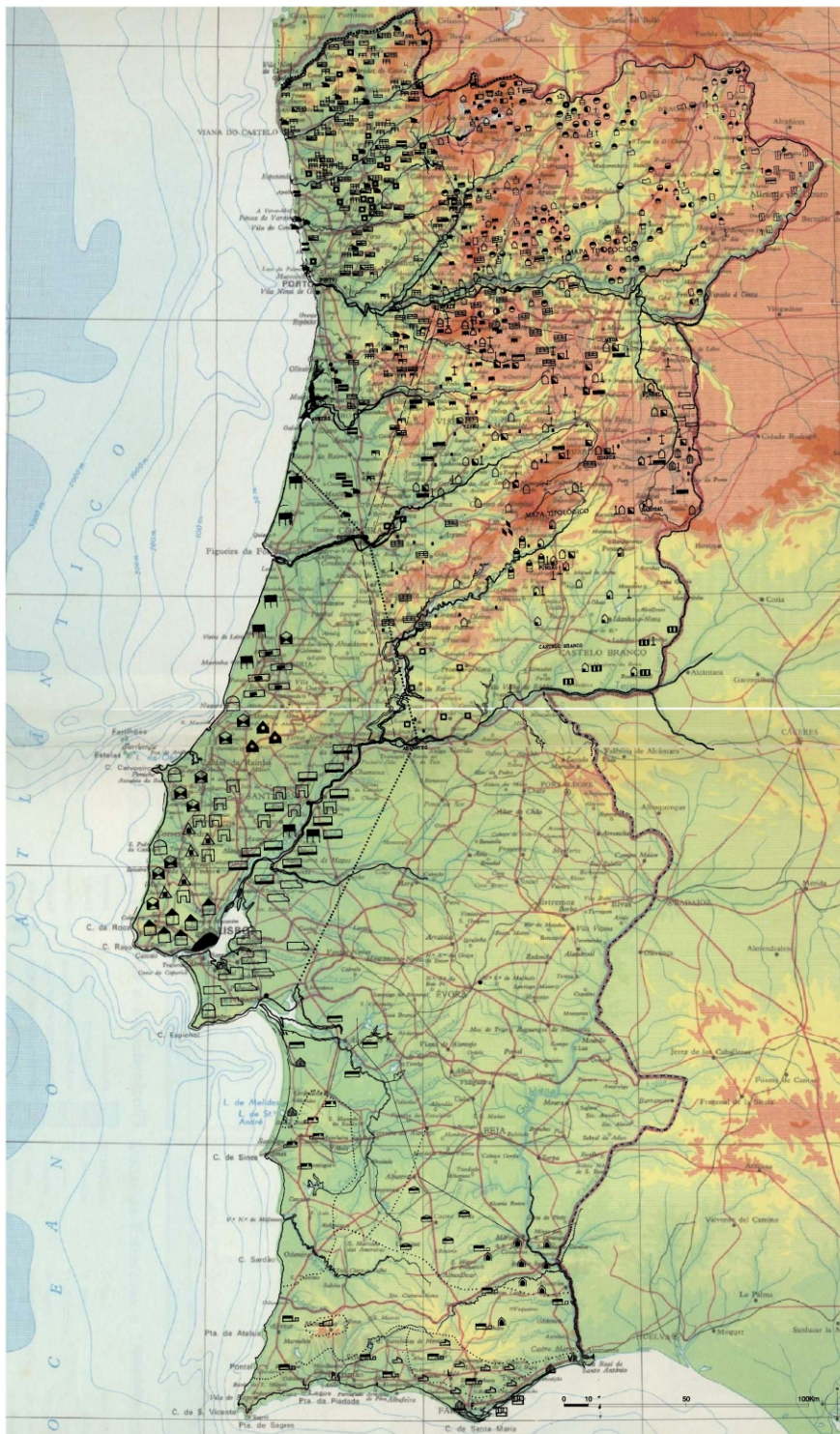
13. Trata-se de *Esboço duma Carta Regional de Portugal* de Amorim Girão publicada pela equipa da zona 5. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 60

14. Areias, Barros, Borba, Plataforma de Évora, Campo de Beja e Além-Guadiana

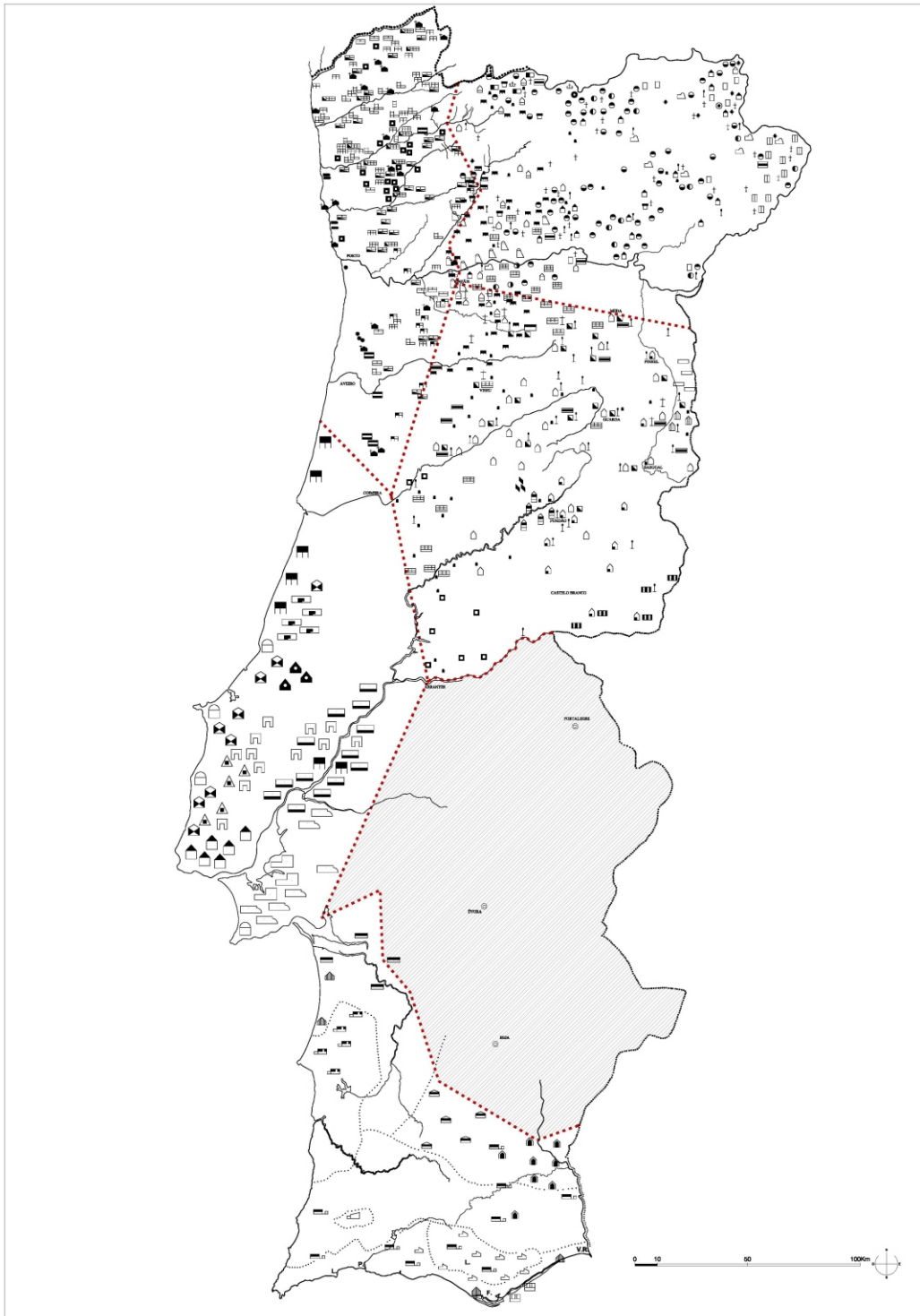
15. Podemos encontrar semelhanças com o definido pela zona 3, que na sua análise utiliza também uma abordagem por sub-regiões, sobrepostas numa área mais vasta que intitulam de “zona-base”.



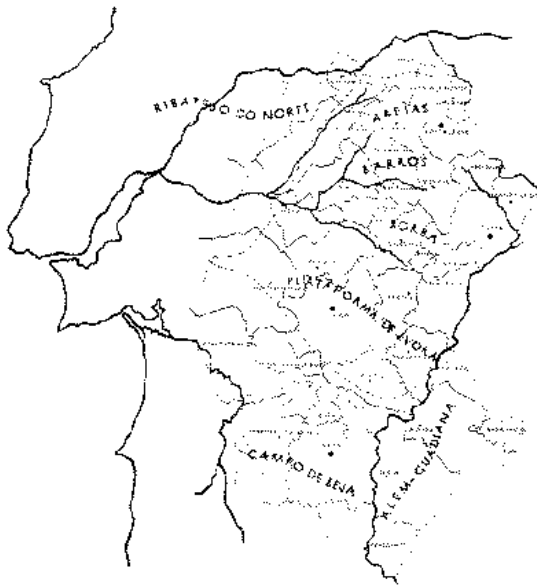
Carta 0 – Coincidir “em bruto” as fronteiras das zonas inquiridas



Sobreposição das zonas inquiridas num mapa de Portugal de 1962



Carta 1 – passagem da base digital para uma base vectorial, com a indicação dos limites das zonas e da área da zona 5 sem registo de tipologias (trama cinza)



	Sub-região Arelas: 2 pisos, telhado 2 águas, granito em paredes e guarnecimento de vãos, varanda beirã, anacos p/animais.
	Sub-região Barros: 1 piso, telhado 1 ou 2 águas, chaminé dominante na fachada, valorização da cozinha, uso da cal.
	Sub-região Serra de Borba: 2 pisos, telhado 1 ou 2 águas, chaminé na fachada a partir do 2º piso, vãos c/ guarnecimento, colação harmonizada com o mármore.
	Sub-região Plataforma de Évora: região síntese, cobertura em abóbada de tijolo, arco cego c/ janela sobreposta, contraste do granito com a cal, montes.
	Sub-região Barros da Beja: utilização medice da talpa, superfícies exclusivamente caladas, vãos sem guarnecimento e sem cabedão de vidro ("buracos nas superfícies") e com portada de madeira, paredes rústicas, montes.
	Sub-região Além-Guadiana: cobertura em abóbada e abobadilha

Carta regional apresentada pela equipa da zona 5 e quadro com a sinalização das tipologias por sub-região (por nós proposta)

que retivemos da caracterização dada pelos seus autores quanto à forma e aos elementos construtivos para cada tipo.

Assim, e a título de exemplo, podemos mencionar que a habitação da sub-região de *Barros* se distingue por uma construção de um piso com telhado e cuja importância dada ao espaço da cozinha se expressa no elemento da chaminé, que domina a composição da fachada, normalmente caiada.

Graficamente resultou no sinal



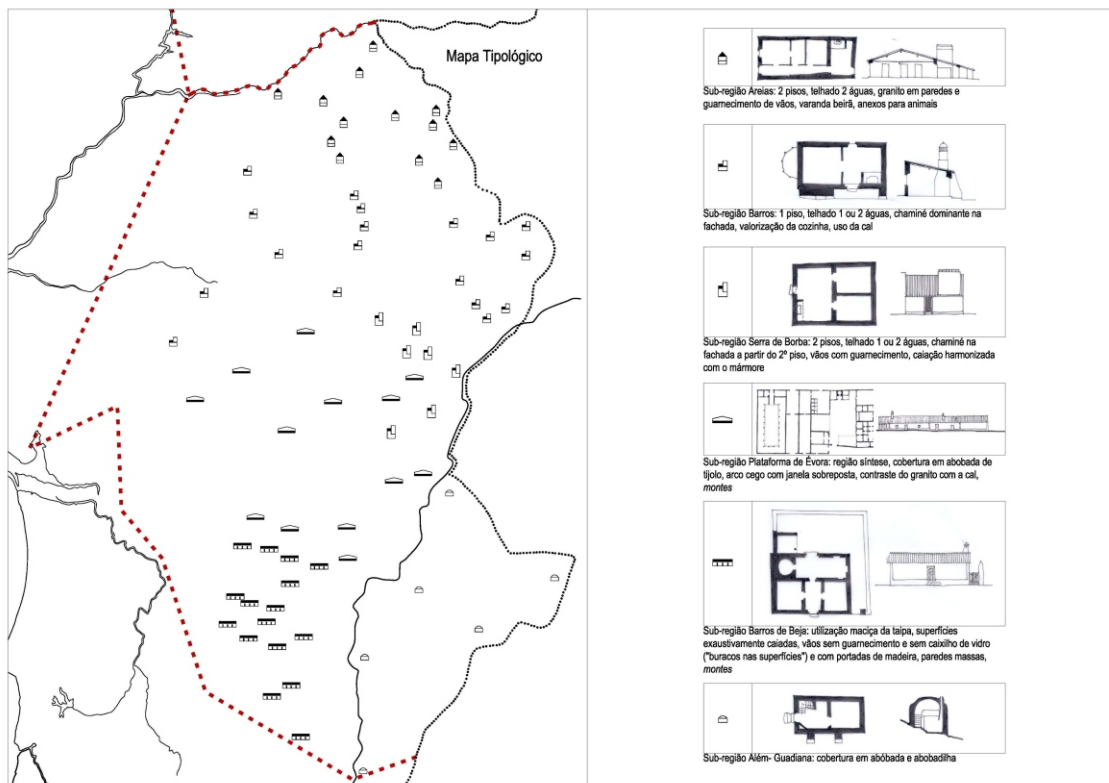
Paralelamente, e no sentido de dar um significado arquitectónico a cada um dos sinais, seleccionaram-se do conjunto dos exemplos registados para esta zona, aqueles que considerámos mais elucidativos de cada uma das sub-regiões.

Para cada uma das habitações redesenhou-se manualmente uma planta e um alçado na sua forma mais esquemática, que foram posteriormente digitalizados e inseridos numa grelha em conjunto com os sinais e com os descritivos.

O resultado final pretende não ir mais além do que o apontar de uma hipótese de síntese quanto à classificação por tipos da zona 5, apoiando-nos para tal naquilo que identificamos como base da composição dos mapas apresentados para as restantes zonas.

Registe-se que a elaboração deste esboço tipológico constituiu uma tentativa de interpretar graficamente o que a estrutura do capítulo *Arquitectura da Zona*¹⁶ em si já prevê: identificar características comuns nos tipos de soluções construtivas face às condições geográficas patentes em cada sub-região.

16. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 58-119



Com a informação reunida das seis zonas, agora compilada na **Carta 2** e no **Quadro 1**, passou a ser possível dispor de uma base de trabalho, sobre a qual de imediato se tornou evidente a diversidade de leituras, reflectida na multiplicidade de sinais utilizados, **num total de 82**, que caracterizam os diferentes tipos de edifícios considerados significativos pelos arquitectos autores da publicação *Arquitectura Popular em Portugal*.

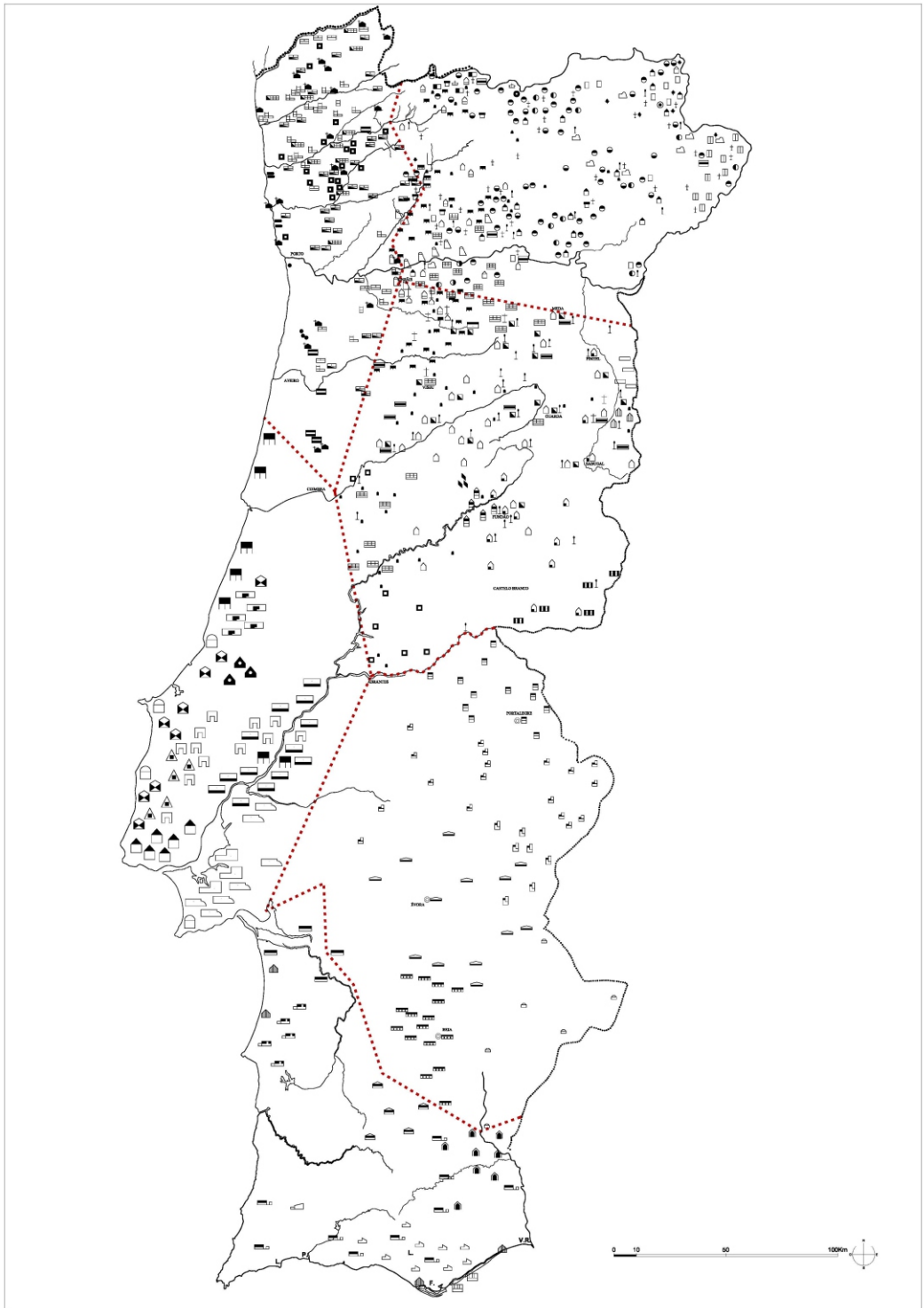
Esta diversidade parece resultar de critérios individuais adoptados por cada equipa, que se podem reconhecer na diferente opção quanto aos edifícios seleccionados, na escolha personalizada dos elementos gráficos para os identificar e no grau de especificidade com que os mesmos são caracterizados.

Mas podemos também considerar a possibilidade de que esta variedade de registo traduza diferentes sensibilidades na forma como as equipas abordaram as respectivas áreas de estudo, concretamente no que se refere às questões de ordem formal e construtiva. Recorde-se que estes aspectos exerceram um grande fascínio sobre os arquitectos, quando procederam ao levantamento de campo, conforme testemunham alguns dos seus autores¹⁷.

Numa leitura agora mais comparada da informação é possível constatar algumas evidências quanto à forma como as equipas pontuaram o seu registo.

Hipótese de um mapa tipológico para a zona 5 - Alentejo

17. António Menéres em conversa com Alexandra Cardoso e Maria Helena Maia em 04.04.2013. Arcos de Valdevez, por altura do Colóquio Internacional *Arquitectura Popular*, Carvalho Dias em conversa [gravada] com Maria Helena Maia e Fátima Fernandes em 29.01.2013, e Silva Dias em entrevista a Inês Oliveira realizada em 13 de Dezembro de 2010 e publicada in Inês OLIVEIRA – *A fotografia no "Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal"*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra – Departamento de Arquitectura, Julho 2011, Anexo.



Carta 2 – Zona 5 integrada com preenchimento dos sinais (por nós propostos). Total de 82 sinais registados pelas seis equipas

fronteira.

6) É observável nas zonas 1, 2 e 3 uma disposição quanto ao registo das tipologias em possíveis grupos temáticos: a habitação, as construções de apoio colectivo à habitação (sequeiros e espigueiros), os equipamentos (mercados) e as construções de carácter religioso (igrejas, capelas, alminhas). Por sua vez na zona 4 – Estremadura –, o registo pode subdividir-se em dois grandes grupos: a habitação e as construções com um carácter indutor de uso colectivo (adegas, moinhos, cisternas e poços cobertos), com um apontamento aos edifícios religiosos nas capelas de beira-mar. A zona 6 do Algarve apenas regista tipos de habitação.

Para além das imediatas consequências gráficas, esta fase do trabalho veio também permitir um processo sucessivo de análise e interpretação crítica dos exemplos registados, tendo subjacente os dois parâmetros em estudo, o que nos veio permitir começar a delinear os resultados finais obtidos.

Num primeiro nível de sistematização, entendemos constituir grupos temáticos, com a informação hierarquizada segundo a ordem de interesse para o presente trabalho – **Quadro 2**. Julgamos poder enquadrar nestes grupos a grande diversidade de tipos registada pelas equipas e verificar a correspondência entre a sinalética empregue e os edifícios que concretamente representa. Num sistema de grelha estruturada por agrupamento, zona de estudo e tipologia, arrumaram-se os sinais pelo seu conteúdo, criando um sentido de planificação que permitiu cruzar a informação de forma mais perceptível.

A criação destes grupos teve em conta a incidência da amostragem na recolha feita pelas equipas quanto ao tipo de uso do edifício ou elemento que lhe está associado: (1) a habitação, (2) os de apoio à habitação (sequeiros, espigueiros e fornos), (3) os que induzem num uso colectivo (noras, abrigos, adegas, moinhos, cisternas e poços), (4) os equipamentos (mercados), (5) os de simbologia religiosa (igrejas, capelas e alminhas), (6) os marcos com forte carácter simbólico (pelourinhos e cruzeiros) e (7) o elemento torre.

A observação deste quadro veio acrescer informação mais detalhada às referências anteriormente anotadas aquando da análise do quadro 1:

1) A existência de uma assimetria entre as zonas quanto à quantidade de exemplos recolhidos para a tipologia de habitação, sendo de realçar o caso da zona 2, que apresenta um registo muito alargado e com apontamentos de detalhe pontual mimeticamente representados no símbolo utilizado, como é o caso do elemento da chaminé ou da porta carral.

2) As zonas 2 e 3 constituem um exemplo significativo de utilização da mesma sinalética para registo de alguns tipos de habitação. Aliás, quando cruzados estes dados com a informação constante no Quadro 1 é possível verificar que estes sinais correspondem à mesma tipologia.

3) A relação da habitação rural no seu prolongamento e dependência com as

em cada zona de estudo.

6) O mercado é unicamente indicado pelas equipas 1, 2 e 3. No entanto, a equipa da zona 4 identifica, nos aglomerados rurais, um conjunto de construções variadas que indiciam um uso colectivo, o que poderá remeter para uma abordagem do território mais sensível a indicadores de alguma urbanidade.

7) As equipas da zona 2 e 3 são as únicas que registam elementos com um forte carácter simbólico e de excepção face ao levantamento geral, uma vez que não se limita aos edifícios. Estas duas equipas¹⁹ estão uma vez mais coincidentes quanto à utilização de uma mesma sinalética para os indicar, neste caso as *alminhas*, os *cruzeiros* e os *pelourinhos*.

8) Os exemplos de *torre* registados exclusivamente na zona 1 aparecem como um elemento singular neste levantamento.

No decurso da sistematização de informação que se seguiu, excluímos alguns elementos que não nos pareceram relevantes para a investigação crítica que pretendemos desenvolver. Como resultado, destacámos as estruturas com maior carácter indutor de vida colectiva – **a habitação** – anulando as restantes que nos pareceram apresentar apenas uma utilidade induzida – as estruturas de apoio à habitação, as estruturas de apoio à produção, os equipamentos, as igrejas e capelas, os marcos e as torres - **CARTA3**.

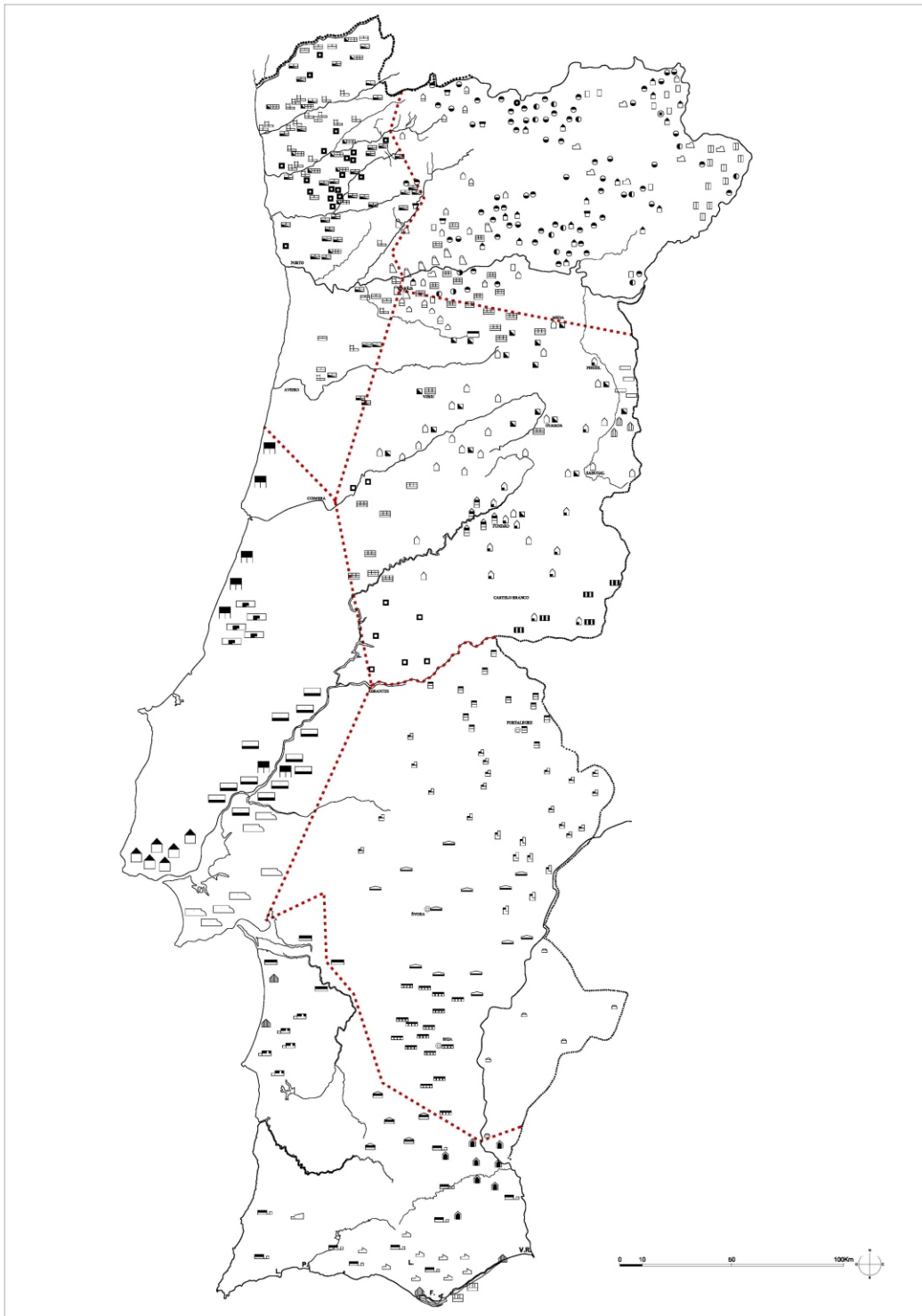
Findo este processo apuraram-se **53 tipos** de habitação popular, facto que nos levou a reflectir se a este elevado número de construções correspondia uma efectiva diferenciação no que à essência destas arquitecturas respeitava, ou se pelo contrário poderiam existir particularidades em comum.

Paralelamente, também nos pareceu evidente que para o grupo dos edifícios de habitação seria necessário criar um outro nível de selecção que permitisse uma maior inteligibilidade da informação inserida.

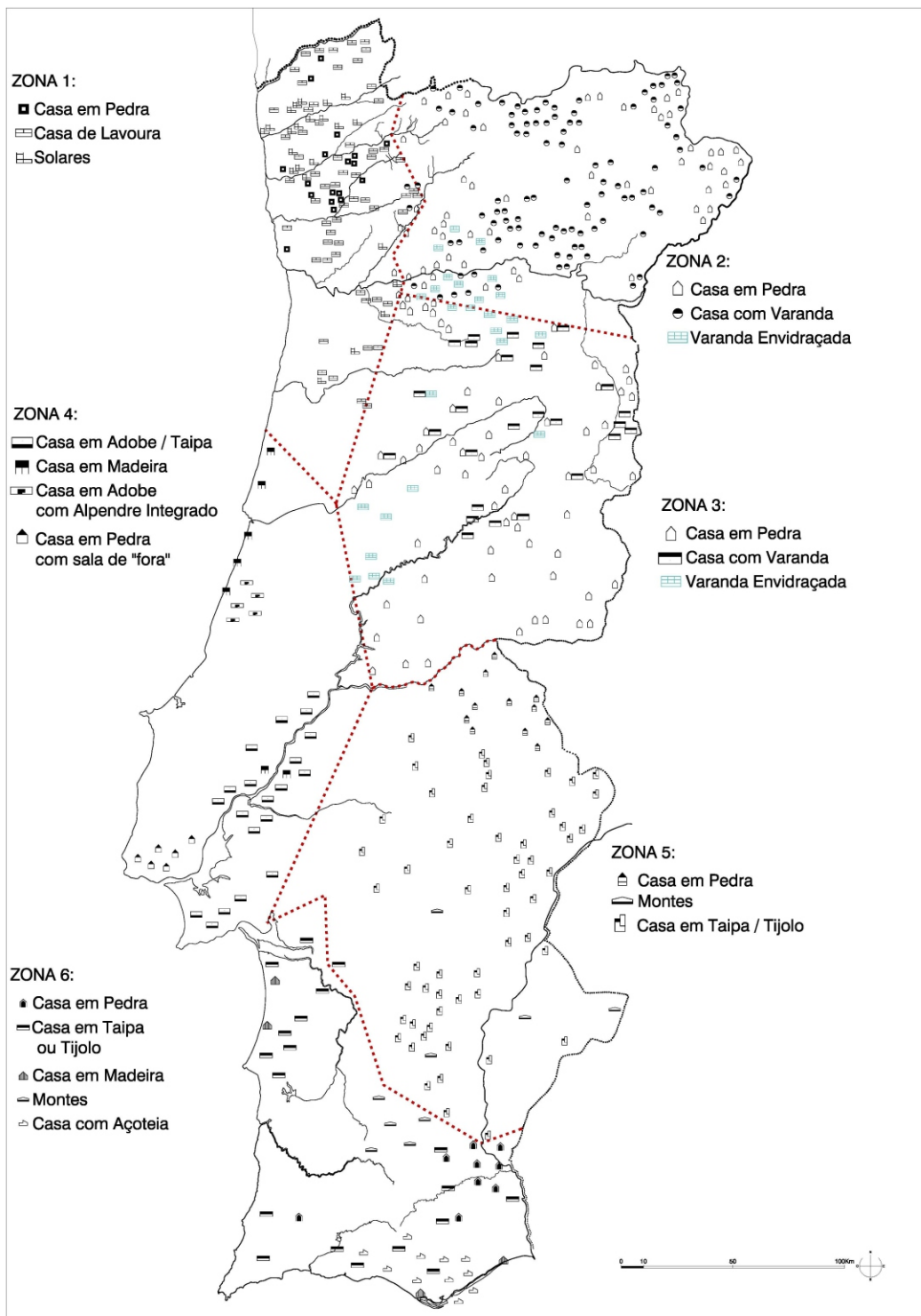
Nesse sentido, e num segundo nível de sistematização, entendemos proceder a uma tentativa de agrupamento numa mesma classificação tipológica, dos exemplos de habitação que no Inquérito são entendidos separadamente e apresentados como distintos, sem que disso nos pareça à partida resultar qualquer vantagem analítica, ensaiando também um primeiro reconhecimento dos valores expressivos da **espessura** e do **espaço-transição** - **CARTA4**.

Neste processo de associação e para cada zona de estudo aplicaram-se filtros ao conteúdo dos mapas tipológicos. Um primeiro filtro foi aplicado ao nível dos materiais que constituem a estrutura da habitação – pedra, adobe, taipa e madeira – que poderiam traduzir a variável da espessura da parede, e um segundo filtro foi aplicado ao nível dos elementos arquitectónicos – varanda, alpendre, pátio, açoteia – que poderiam traduzir a variável do espaço transição. O elemento da varanda envidraçada foi de imediato destacado por considerarmos que à partida ele pode conter uma vivência própria do espaço

19. Anote-se que, face à diversidade generalizada de abordagens patente no trabalho das seis equipas, estas duas zonas do *Inquérito* são as únicas que aparentam ter alguns pontos possíveis de articulação na metodologia empregue.



Carta 3 – Manter só os sinais relacionados com a habitação. Sinais excluídos: sequeiros, espigueiros, noras cobertas, abrigos de barcos e utensílios de sargaçeiros, fornos, pelourinhos, alminhas, cruzeiros, adegas, moinhos, cisternas e poços cobertos, mercados e torres



Carta 4 – Sinais síntese - agrupar na mesma classificação tipológica exemplos de habitação apresentados como distintos pelo Inquérito.

transição.

Para cada zona utilizaram-se os sinais de origem que melhor representam esta nova uniformização de tipos, sendo que a sua legenda pretende já enunciar uma ligação transversal ao nível de todo o território nacional dos dois parâmetros em estudo.

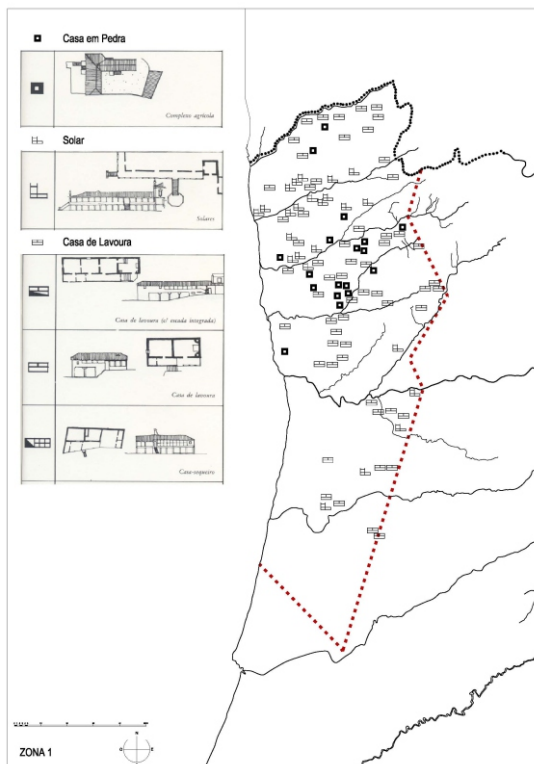
Com esta depuração de sinais excedentes, diminuiu-se o número de tipos de habitação para **21 tipos**, o que começou a tornar a leitura do conjunto mais legível e orientada, estabelecida agora numa nova base de trabalho assente numa maior compatibilização entre as zonas²⁰.

Os dois parâmetros

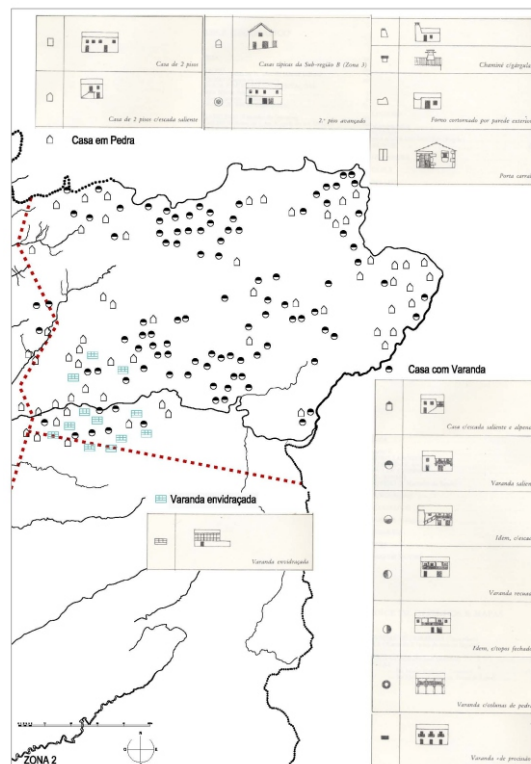
Tendo sempre presente neste processo de sistematização, a noção teórica da *espessura das paredes* e do *espaço transição*, enquanto valores expressivos do espaço arquitectónico, para cada zona foram associados os exemplos de habitação, que contendo em si características comuns, entendemos que melhor representavam estes dois parâmetros, não obstante muitos dos exemplos conterem em si as duas vertentes - **Carta 5**.

Para tal, cruzaram-se os dados contidos nos mapas tipológicos – caracterização física e funcional das habitações tipo – com a vasta

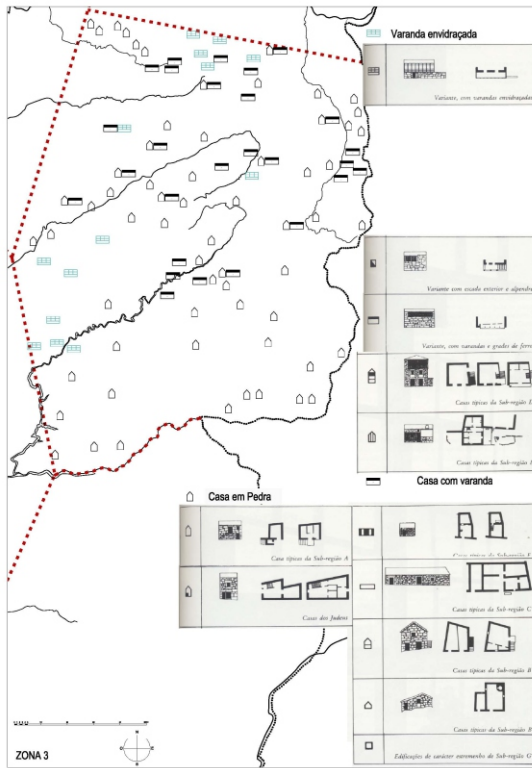
20. Exemplos evidentes são as casas de lavoura da Zona 1 apontadas como exemplos individuais ou as diversas variações das casas com varanda na Zona 2.



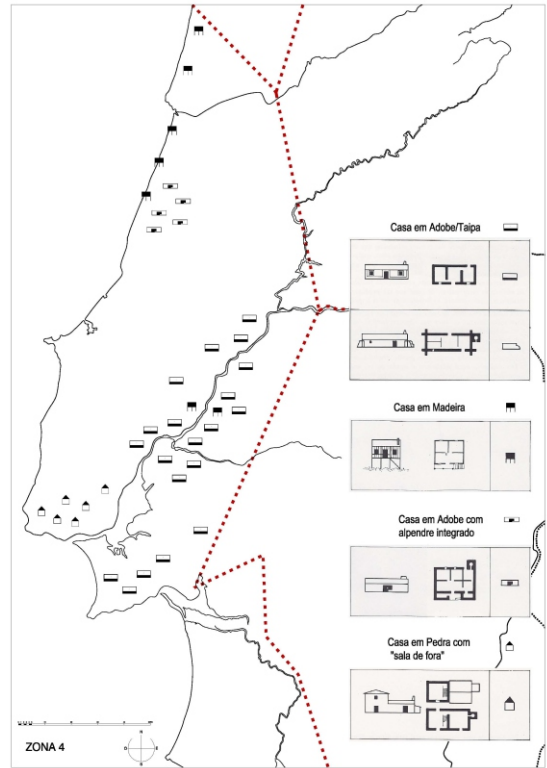
Zona 1: agruparam-se as casas de lavoura



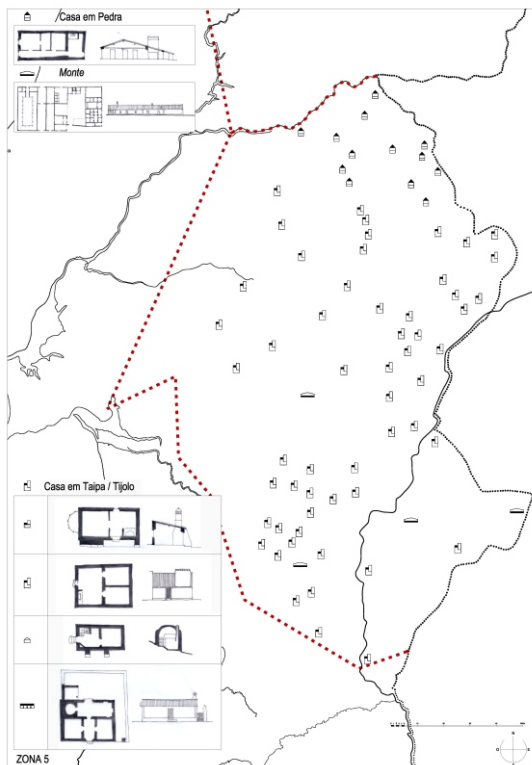
Zona 2: agruparam-se as casas em pedra e as casas com varanda



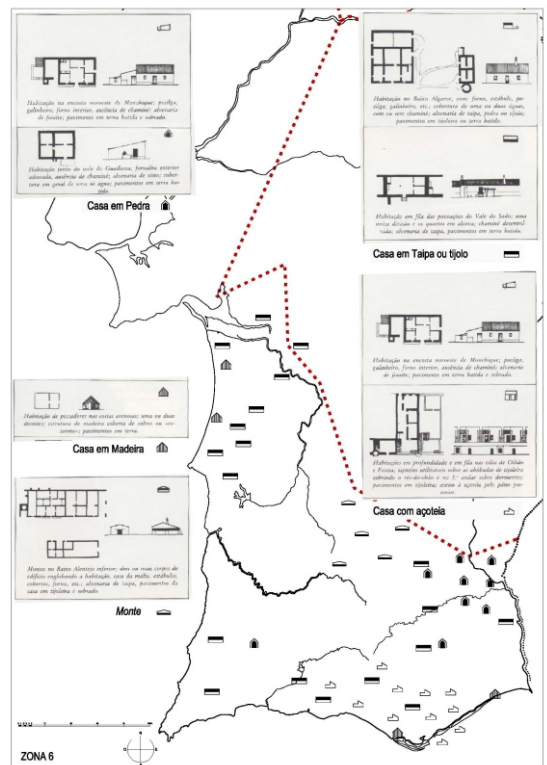
Zona 3: agruparam-se as casas em pedra e as casas com varanda



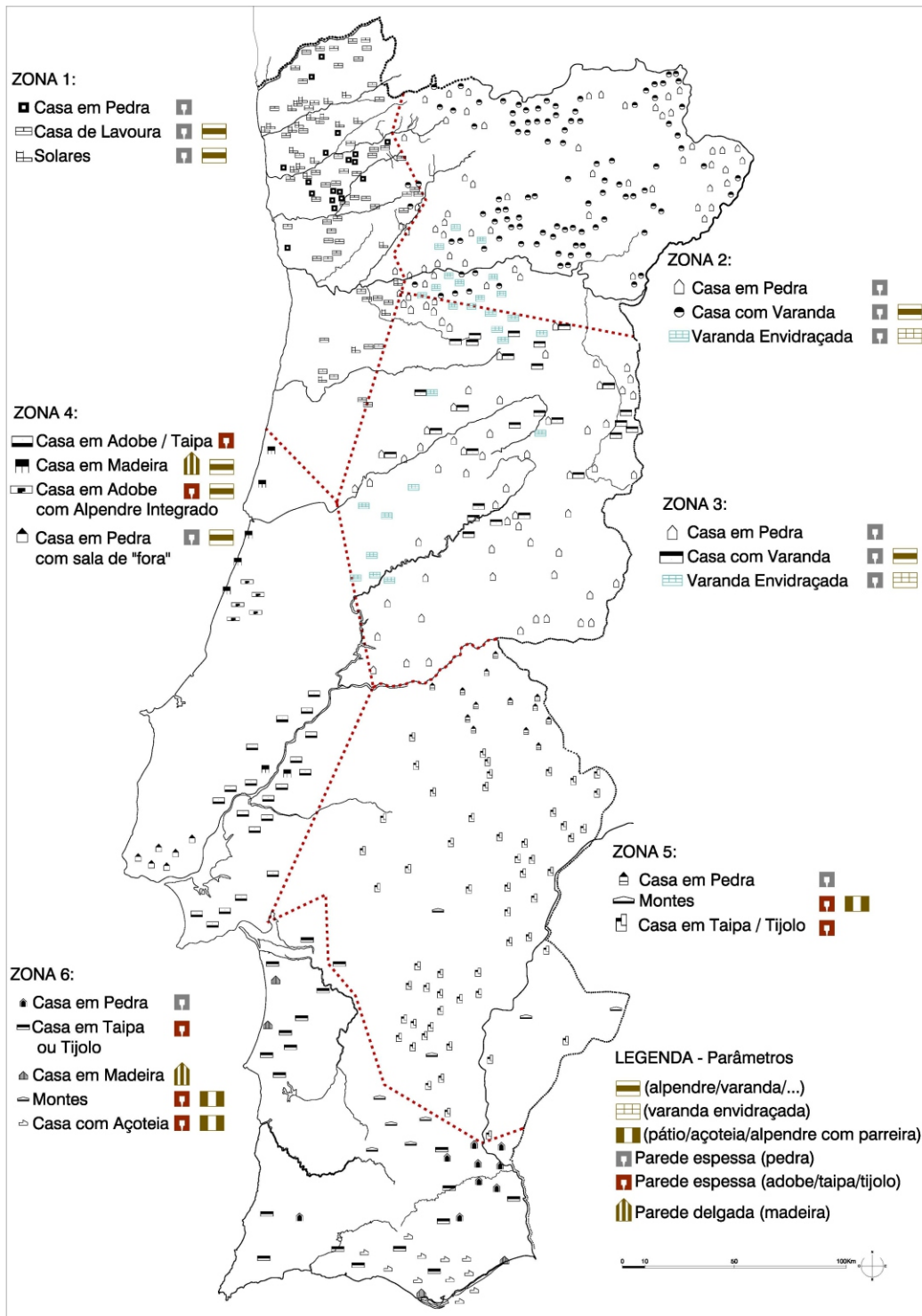
Zona 4: agruparam-se as casas em adobe e taipa



Zona 5: agruparam-se as casas em taipa e tijolo



Zona 6: agruparam-se as casas em pedra, taipa e tijolo e casa com açoteia



Carta 5 – associação dos exemplos de habitação que representam os parâmetros em estudo e com indicação da nova sinalética

informação da publicação *Arquitectura Popular em Portugal*: desenhos de arquitectura (plantas e cortes) e fotografias. Esta fase implicou uma análise detalhada sobre a descrição feita por cada equipa, para cada exemplo, no contexto da zona correspondente.

Posteriormente, a informação obtida foi **lida transversalmente** tendo agora como base todas as regiões consideradas, ocultando definitivamente os limites pré-estabelecidos, de certo modo artificiais e condicionadores. Efectivamente, se por um lado os mapas tipológicos originais são estruturalmente diferentes e não consistentes uns com os outros, por outro, do nosso ponto de vista, os exemplos neles recolhidos têm uma grande consistência que ultrapassa a caracterização tipológica inicial.

Assim, de uma abordagem originalmente circunscrita a zonas delimitadas, passou-se para uma leitura global e integrada. Tendo, desde o início, como objectivo obter uma mapização genérica que correspondesse à ordenação crítica dos resultados, nesta fase do trabalho já foi possível registar em novos mapas os dois os parâmetros em estudo: a **espessura das paredes** e o **espaço-transição**.

Como escreveu Pedro Vieira de Almeida, a consideração destes dois parâmetros conduziu a “novas explorações tipológicas, concretizadas desde logo na necessidade de uma nova definição de “tipo”, através de um novo olhar sobre elementos comuns detectáveis nos locais que os estructure expressivamente”²¹.

Igualmente, para a definição de uma nova sinalética que qualificasse os dois parâmetros em análise, foi necessário criar novos sinais que melhor expressassem as tipologias em estudo.

Tendo como base o *Inquérito*, tentámos identificar quais seriam os sinais aí utilizados que melhor serviam o nosso objectivo, independentemente do tipo de uso que lhes estava associado.

Pretendíamos no entanto, obter sinais que se pudessem associar a concepções espaciais e não a formas miméticas desses mesmos espaços, ou seja, que permitissem inferir o carácter do objecto para o qual o sinal nos reporta.

Assim, para as *paredes espessas*, adaptou-se um sinal da zona 1 – *complexo agrícola* –, um quadrado desenhado com uma linha espessa que representa uma ideia de *massa construtiva* e sobre o qual se inseriu uma pequena abertura, essencial para expressar a entrada de luz. Como a espessura da parede se relaciona também com o tipo de material empregue, houve a necessidade de variar este sinal através de apontamentos de cor, *cinza* para representar a pedra e *ocre* para representar o adobe e a taipa.

Para as *paredes delgadas*, adaptou-se um sinal da zona 6 – *habitação de pescadores* [...]”²² – que traduz o ripado da construção em madeira²³ que está estritamente associado a este tipo de parede, tirando assim partido da sua textura linear.

No que diz respeito ao *espaço-transição*, a escolha recaiu sobre o sinal que

21. Pedro Vieira de Almeida, *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O Propósito de Uma Investigação. Documento zero*. Porto: CEEA, Edições Caseiras / 14, Porto, 2010, p. 19

22. A designação completa deste tipo é: *habitação de pescadores nas costas arenosas: uma ou duas divisões; estrutura de madeira coberta de colmo ou “estorno”; pavimentos em terra batida*

23. O sinal utilizado na zona 4 para identificar as *construções em madeira, sobre estacaria; cobertura de telha; geralmente um piso*, não nos pareceu ser o mais indicado uma vez que tem uma imagem fortemente conotada às construções sobre estacas e que não existem na zona 6.

tanto na zona 2 como na zona 3 representa o *mercado*, não podendo ser ignorada a forte analogia com o *stoa grego*.

Dado que existem *nuanças* quanto à qualificação deste tipo de espaço, quisemos destacar pela sua representatividade e dentro deste parâmetro geral, um sub-tipo específico que corresponde à *varanda envidraçada*, servindo-nos uma vez mais do sinal utilizado pelas equipas 2 e 3 ao definir este atributo espacial na habitação rural.

Primeiro parâmetro: espessura

A primeira variável que nos propomos analisar tem a ver com o valor expressivo da maior ou menor **espessura** das paredes, entendida como uma componente da própria linguagem arquitectónica.

Como se pode ver na I Parte deste trabalho, Pedro Vieira de Almeida defendia que “em parte fundamental é da noção de massa que irradia a noção de espaço expressivo” e esclarecia que “consequência imediata desta concepção é que o estudo do espaço, indispensável elemento da linguagem arquitectónica, tem de induzir uma simultânea apreciação dos valores de massa – nomeadamente a espessura das paredes – que o limitam formalmente”²⁴.

Foi o reconhecimento da importância da *espessura*, que lhe permitiu determinar a existência daquilo que designou como uma *poética de paredes delgadas* e uma *poética de paredes espessas*. Poéticas, que defende em absoluto diferentes.

No entanto, como Vieira de Almeida demonstrou, estas poéticas não resultam exclusivamente do tipo de sistema construtivo usado, dependendo em primeiro lugar das “opções expressivas do autor”.

Num texto inédito dedicado à espessura²⁵, Vieira de Almeida chama a atenção para o facto da diferente espessura das paredes ser determinante para o tratamento da luz “material objectivamente componente da linguagem arquitectónica”, esclarecendo de seguida:

“A abertura em parede delgada, limita-se a deixar que a luz necessária à visão interior permita essa função, mas sem a modelar, sem a tornar em si mesmo expressiva e a não ser em casos particulares [...] não interfere activamente na determinação e compreensão do espaço.

As aberturas em parede espessa, por seu lado, controlam a luz em intensidade, tonalidade e temperatura, pelo que esta, em vez de se limitar a permitir perceber volumes e superfícies, resulta modelada e integrada por si mesma, na globalidade do conjunto expressivo”²⁶.

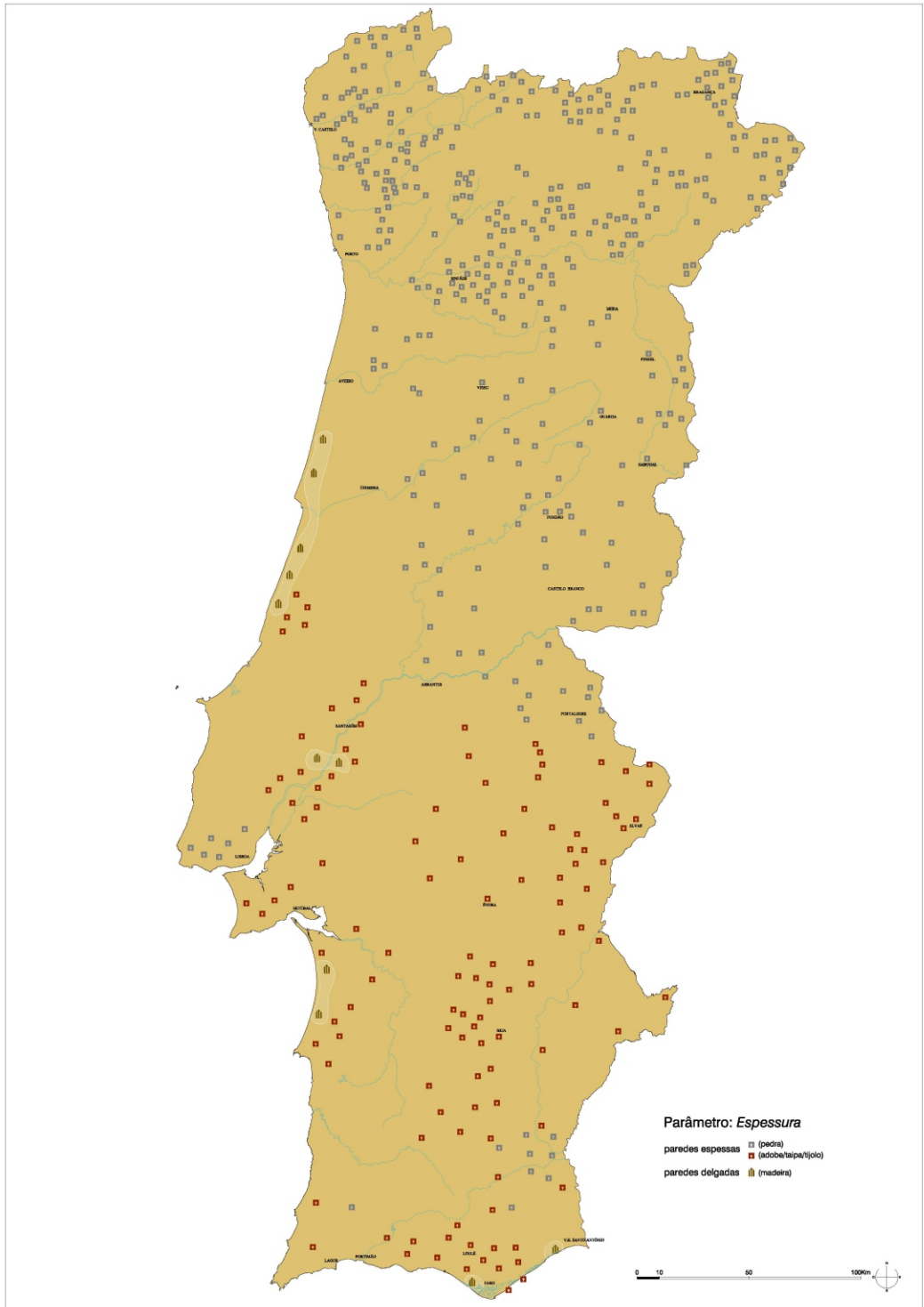
Mas, os dois tipos de aberturas resultantes da espessura das paredes que as enquadram também determinam a “maneira de olhar do interior para o exterior”:

Assim, “a janela em *parede delgada* tende a um olhar panorâmico, indiferenciado, em que todo o exterior resulta presente como “postal”, o que inevitavelmente induz à monotonia de uma presença que por constante,

24. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional. Caderno 2*. Porto: CEAA, 2013 (2011).

25. Pedro Vieira de ALMEIDA – *A noção de espessura na linguagem arquitectónica*. Inédito datado de entre 2005 e 2009.

26. Pedro Vieira de ALMEIDA - *A noção de espessura...*



Mapa 1 – parâmetro da espessura das paredes. De norte a sul, Portugal é predominantemente construído com *paredes espessas*. Os poucos apontamentos de arquitectura feita com *paredes delgadas* (trama branca) são muito localizados e associados às comunidades de pescadores.

rapidamente se torna indiferente”, enquanto uma “janela em *parede espessa*, tende a *orientar* a visão para o exterior, visão que resulta mais contida, vê esse exterior em direcção a locais escolhidos, estimula, chama a atenção para pontos previamente determinados”²⁷.

E Vieira da Almeida conclui: “quer, num primeiro tempo, pelo sentido próprio de massa que determina a densidade espacial e/ou pela luz trabalhada que a parede espessa permite, quer num segundo tempo pelas diferentes visões que se estruturam através das suas janelas, a espessura adquire um significado de relevo, muito maior do que aquele que em geral lhe é reconhecido”.

De facto, nesta sua proposta teórica, defende a existência de uma “expressiva convergência estrutural entre *massa e espaço*”, sendo que “em parte fundamental é da noção de massa que irradia a noção de espaço expressivo”²⁸.

Pedro Vieira de Almeida distingue a propósito da arquitectura do início do século XX, aquilo que é uma arquitectura de *massa*, ligada à arquitectura expressionista e uma arquitectura de *volume* característica da arquitectura racionalista. Do seu ponto de vista “o *espaço* de qualquer maneira que o definamos, em arquitectura corresponde a uma percepção interna [...] e o *volume* corresponde a uma percepção externa e só são coincidentes em específicas condições nas quais as paredes, possam ser consideradas desprezíveis enquanto tal”. Assim, “o *espaço da arquitectura não se opõe à noção de “massa”, pelo contrário é dela dependente*”²⁹.

Numa leitura transversal quanto à caracterização das obras de arquitectura que constituem o *Inquérito*, a espessura é um termo recorrente em todas as equipas para qualificar o carácter *maciço* e a *robustez* das construções rurais. Para tal, identificam-se os elementos construtivos mais determinantes em cada zona: o granito e o xisto utilizado no Minho, Trás-os-Montes, Beiras e em certas áreas do Alentejo; na Estremadura o emprego do tijolo de adobe e a construção de paredes em taipa, sendo este último sistema construtivo utilizado também em grande escala no Alentejo e no Algarve.

Para além do reconhecimento de um maior contributo na protecção térmica da habitação, a parede espessa é, pelos autores do *Inquérito*, apenas entendida como o resultado de um sistema construtivo ancestral, que utiliza os meios e recursos naturais afectos a cada região. Qualquer tentativa em transpor esta linha de reconhecimento lógico para um nível mais estruturado do efeito da espessura na definição de uma espacialidade interna, simplesmente não existe.

Apontamentos sobre usos ou formas de sentir o espaço como aqueles que registam que “o cunho primitivo de hábitos de vida ensimesmada ressalta da construção espessa”³⁰ ou que “espessas paredes de juntouros se fecham para as afadigadas tarefas da cozinha ou para as estreitas horas das refeições e do sono, concedendo o isolamento, a protecção e a intimidade tão desejáveis à

27. Pedro Vieira de ALMEIDA - *A noção de espessura...*

28. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Dois Parâmetros de Arquitectura ... Caderno 2...* Sublinhado nosso.

29. Pedro Vieira de Almeida, *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional. Caderno 2*. Porto: CEAA, 2013 (2011)

30. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 39

Casa no Soajo – Imagem do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 3ª edição: 1988, vol. 1, p. 79



vida doméstica”³¹, poderiam ter originado um outro tipo de leitura, mais ligada ao carácter expressivo da espessura nas suas implicações espaciais. Não é isso que acontece.

Por outro lado, se bem que à partida não se possa identificar nos textos publicados, ou equacionado qualquer ideia de massa na conformação do espaço destes *habitats*, julgamos poder inferir de algumas das anotações feitas pelos autores, *valores espaciais* que podem de certa forma consubstanciar essa ideia. É o caso do apontamento da equipa das Beiras, que salienta na composição das construções as “articulações das massas construtivas e dos elementos que as definem, completam ou valorizam. Robustos, sólidos e sem devaneios, os edifícios assentam pesadamente na terra”³², ou da equipa do Alentejo quando descreve uma habitação encerrada por um “maciço de alvenaria só perfurado pela porta de entrada”³³ ou no caso do Algarve, quando se conclui que “as paredes massas de alvenaria valem por si mesmas sem elementos de cantaria”³⁴.

Uma outra característica que podemos mais directamente associar a uma parede espessa relaciona-se com a possibilidade que esta oferece de poder ser escavada e assim incorporar o “mobiliário” que organiza as diferentes áreas dentro casa. É o caso de Malpica do Tejo, na Beira Baixa, em que “as cantareiras praticadas nas paredes sem rigidez geométrica são, por vezes, peças de grande interesse decorativo”³⁵, ou o caso de Arronches no Alentejo em que “o poial em nicho na parede esquerda da entrada está apoiado em dois arcos”³⁶, ou ainda o exemplo de Aljustrel no Algarve em que “os poiais e as cantareiras circundam a cozinha” e os “armários são embutidos nas paredes e

31. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 57

32. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 116

33. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 74

34. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 101

35. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 99

36. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 74



Poial numa casa em Messejana - Aljustrel
(© Arquivo Ordem dos Arquitectos – IARP/OAPIX)

os trens em cobre ornamentam os escaparates³⁷. Todos exemplos captados pelas fotografias do interior dessas habitações.

Em contraponto à expressividade inerente a uma arquitectura de *massa*, estão também presentes no *Inquérito*, algumas referências a uma arquitectura de *volume*, do nosso ponto de vista perceptível na análise da equipa das Beiras quando evidencia “a simplicidade dos volumes e das composições”³⁸, ou quando a equipa do Alentejo, a propósito do uso da taipa na construção, salienta que este material “confere à Arquitectura um carácter de maciez, nos volumes acusados com grande valor”³⁹. Mas é talvez a equipa da Estremadura, que mais fortemente contribui para a construção de uma imagem de *volumes cúbicos* – o que pensamos não ter sido completamente inocente⁴⁰ – quando a propósito das escolhas dos habitantes quanto ao seu habitat menciona que “para lá do que procuram conscientemente, há nas soluções um jogo espontâneo e belo de volumes”⁴¹.

Ao contrário do que acontece com as *paredes espessas*, largamente dominantes no país, são muito escassos os exemplos que podem traduzir uma *poética de paredes delgadas*. Concretamente, na *Arquitectura Popular em*

37. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 223

38. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 116

39. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 100

40. Talvez aqui intencionalmente uma alusão a algumas das referências formais associadas ao Movimento Moderno. Na apresentação do Inquérito às entidades oficiais, Fernando Távora manifesta ao Ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira, que “o *Inquérito* vem exactamente confirmar a existência de grandes similitudes entre a arquitectura popular e a arquitectura moderna”. In João Leal, 2000 – *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 173

41. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 171

Escaroupim (Salvaterra de Magos): construção palafítica construída com paredes de madeira



Portugal reduz-se a dois apontamentos correspondendo às construções em madeira nas zonas da Estremadura e do Algarve, ambos ligados a habitação de comunidades piscatórias.

Na Estremadura, a solução arquitectónica das construções palafíticas de madeira, resulta de uma ligação particular entre as condições do meio ambiente e as necessidades de abrigo: a madeira proveniente do Pinhal de Leiria, a presença da areia aliada à força dos ventos e a proximidade da água. Estas habitações utilizadas pelos pescadores, erguem-se acima do solo sobre estacas de madeira ou pedra oferecendo a mesma solução a dois problemas distintos. No caso das povoações costeiras, como forma de controlar a acumulação da areia arrastada pelo vento; no caso das aldeias *avieiras*⁴², para proteger a habitação das abundantes cheias do rio Tejo.

A casa, situada num plano mais elevado, com acesso por uma escada exterior em madeira, é geralmente organizada num esquema simples de planta rectangular: a cozinha e a sala comunicam directamente com a varanda que lhes dá acesso directo, através da escada, e a área dos quartos, normalmente mais reservada, situa-se num dos extremos, com acesso pela sala. Normalmente, o nível térreo delimitado pelas estacas é utilizado para

42. Povoações assim designadas por terem sido construídas por pescadores provenientes de Vieira de Leiria que se fixaram na orla do Tejo.



Palheiros da Tocha (© Arquivo Ordem dos Arquitectos – IARP/OAPIX)

armazenamento ou para guardar as pequenas embarcações.

Estas construções com finas paredes de madeira são apontadas pelos autores do *Inquérito* como acertada para as condições naturais da região porque funciona de maneira correcta em relação ao chão arenoso e à humidade que o ar do mar transporta.

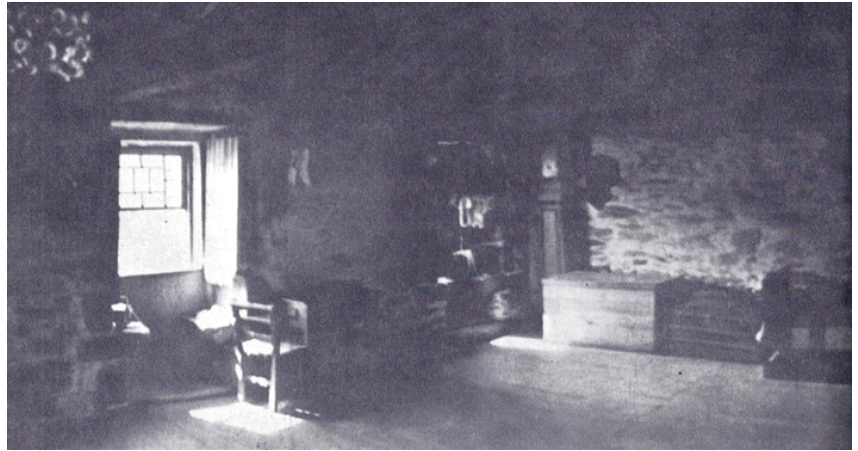
As janelas de uma folha quase sempre com uma portada incluída, inserem-se na continuidade da espessura da parede, fazendo conjunto com ela, emoldurando a paisagem.

Como refere a equipa do Algarve a propósito do caso de construções deste tipo, em que “perduram velhos hábitos de construir habitações, sobretudo nas costas arenosas, nas quais se utiliza o junco e o estormo, [...] tanto nas paredes como na cobertura”. São “geralmente pobres habitações de pescadores” em que a “iluminação interior é obtida através de pequenas janelas insertas nas paredes”⁴³.

Soluções muito pontuais de *paredes delgadas*, identificadas noutros tipos de habitação, maioritariamente definidas por *paredes espessas*, foram registadas pela equipa de Trás-os-Montes, que identificou os “tabiques de entrançados de palha, como de cestos se tratasse, ou de varas, como as sebes

43. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 208

Interior de uma casa na aldeia de Montes. Imagem do livro *Arquitectura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 3ª edição: 1988, vol. 1, p. 132



dos carros de bois”⁴⁴. E os autores acrescentam que sendo estes sistemas o resultado de uma “versatilidade dos métodos construtivos, ainda que utilizando materiais e princípios rudimentares”⁴⁵ constituíam em si mesmo um sintoma de progresso. Esta situação é bem ilustrada pelo exemplo do uso de um “entrançado de varas e barro”⁴⁶ para fechar parte de uma varanda em Guadramil.

Nos exemplos do *Inquérito*, a janela é quase sempre observada pelo exterior, enquanto elemento que pontua uma relação de força, em que a parede predomina sempre sobre o vão⁴⁷. Esta predominância reflecte-se formalmente numa composição plástica de *claro-escuro* quando se trata de uma parede caiada, ou numa composição geométrica entre os *cheios* e *vazios* quando em presença de uma parede de xisto ou de granito.

Por seu lado, muito pouco é referido quanto à qualidade da luz que essas aberturas transferem para o interior, nomeadamente “intensidade, tonalidade e temperatura”⁴⁸. Nos textos *Arquitectura Popular em Portugal*, a descrição da luz é sempre contida numa perspectiva dimensional – reduzida a “pequenas entradas” que quebram a “penumbra” na casa de Trás-os-Montes ou em “diminutas aberturas” que iluminam os interiores “escuros” no caso das Beiras – sendo que os vãos são “escassos” porque são “caros”, chegando mesmo a atingir a figura de “verdadeiros buracos” que perfuram tanto as paredes maciças de granito do Norte como as de taipa no Sul. Em complemento, e para elucidar a escassez de recursos económicos dos habitantes do Alentejo, referem que “os raros vãos, poucas vezes são fechados com caixilharia de vidro e é a portada de madeira que protege os interiores do frio ou da canícula”⁴⁹.

No entanto, podemos detectar em algumas das fotografias que registam o

44. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 151

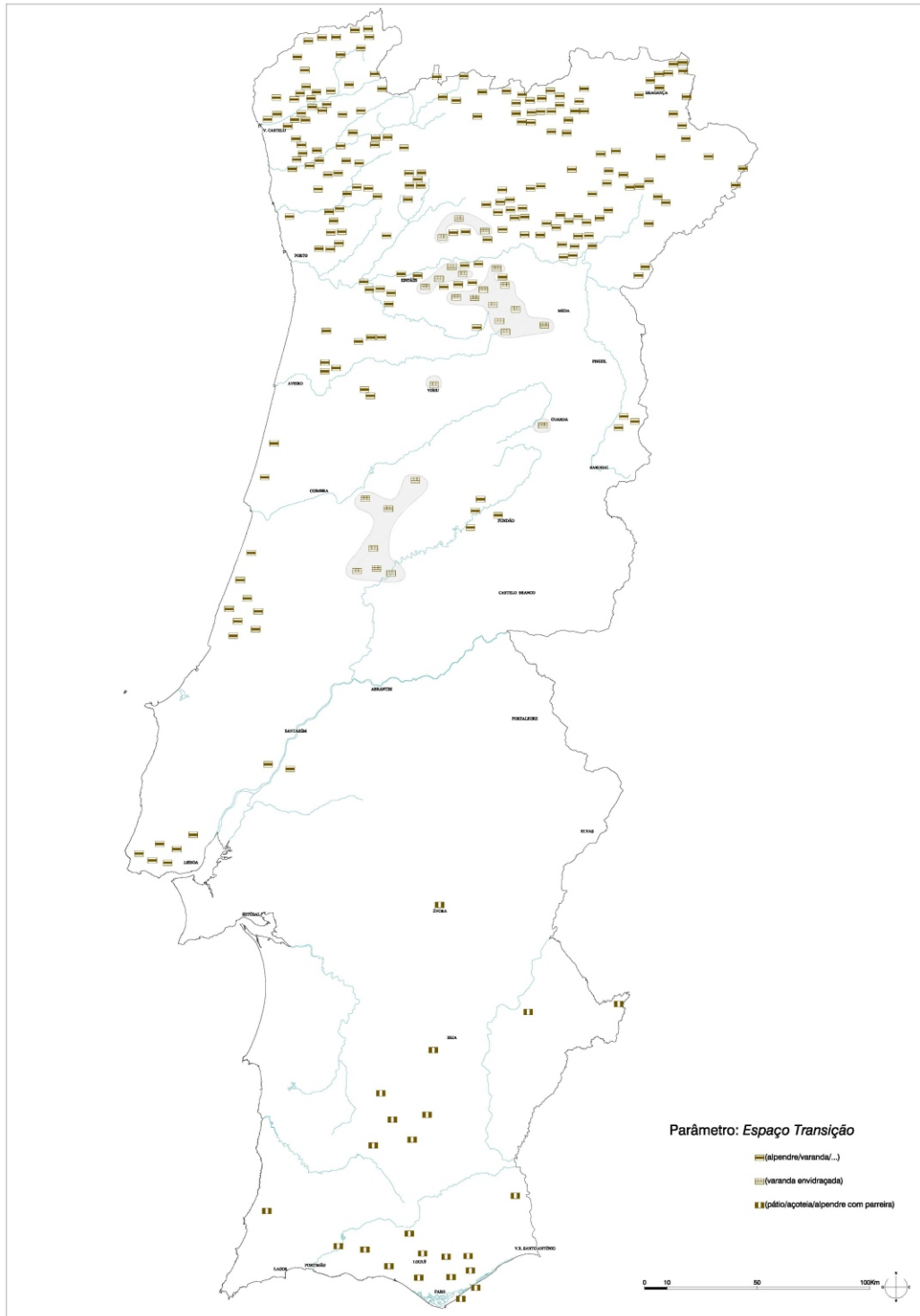
45. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 151

46. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 150

47. Com excepção das varandas envidraçadas, em especial na zona das Beiras

48. Pedro Vieira de ALMEIDA - *A noção de espessura...*

49. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 100



Mapa 2 – parâmetro do espaço transição. Destaque para o sub-tipo específico da varanda envidraçada, (trama cinza) pela sua representatividade dentro deste parâmetro geral.

interior das habitações – nomeadamente na casa da tecedeira na aldeia de Montes em Trás-os-Montes ou numa das casas da aldeia da Gralheira nas Beiras – a existência de espaços em que a luz claramente “resulta modelada e integrada por si mesma, na globalidade do conjunto expressivo”⁵⁰. Isto é especialmente visível, nos casos em que as paredes espeças abraçam fortes portadas ou mesmo “conversadeiras”.

Segundo parâmetro: espaço transição

É a segunda variável, o **espaço transição**, que agora nos propomos aprofundar, tendo como base a definição de Pedro Vieira de Almeida e que portanto importa desde já clarificar.

Foi Vieira de Almeida⁵¹ quem na viragem para a década de 60, propôs como nova categoria crítica, o espaço-transição.

Para tal partiu da importância atribuída por Rex Martienssen⁵² ao *pátio/peristilo* e ao *stoa* gregos e da ideia de Eglo Benincasa de que na Europa do Sul se vive habitualmente num *semi-aberto* (sic) pelo que “conservar nos ambientes abertos o máximo de intimidade” constituiria um problema fundamental da arquitectura desta zona⁵³.

Este *semi-aberto* corresponderia pois ao *espaço-transição*, isto é, a um espaço que não é nem interior, nem exterior e que traduz uma forma ancestral de habitar que, no seu e no nosso entender continua válida⁵⁴.

Realçando a importância do *espaço-transição* no que se refere à ligação entre um espaço-interno e um espaço-externo, entre o dentro e o fora, Vieira de Almeida⁵⁵ defende que é nele que radica a “fluidez e a continuidade espacial nas relações entre arquitectura e urbanismo”.

Anos mais tarde, já no âmbito deste projecto, defenderá que o *espaço-transição* “é uma qualidade específica de espaço que podemos investir de responsabilidades particulares seja no campo expressivo, seja no campo das preocupações sociais”⁵⁶.

Efectivamente, para além do carácter expressivo e de articulação com a envolvente dos *espaços-transição*, Vieira de Almeida chama a atenção para a importância da sua existência no fogo pela “sua função clara como representando aquilo que em arquitectura poderia verdadeiramente propor uma liberdade de apropriação no habitar”. Isto porque, continua, “**o espaço-transição corresponde no seu mais exigente quadro de entendimento a uma verdadeira noção de espaço-função, em que o espaço é por si só sem qualquer outra adscrição, a sua própria função**”⁵⁷.

Assim, o *espaço-transição* constitui por si mesmo um espaço de liberdade de *apropriação*. Tentar identificar o real significado expressivo desta categoria na estruturação de uma ideia de habitar, tornou-se assim num dos objectivos do nosso projecto.

Num primeiro nível de leitura dentro do quadro de referência do *espaço-transição*, identificou-se a **varanda** como elemento arquitectónico

50. Pedro Vieira de ALMEIDA - *A noção de espessura...*

51. Pedro Vieira de Almeida, *Ensaio sobre algumas Características do Espaço em Arquitectura e Elementos que o Informam*, CODA, ESBAP, 1963

52. R.D. Martienssen – *La idea del espácio en la arquitectura griega*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1958, p. 70, 64, 17 e 38

53. Eglo Benincasa (L'arte di abitare nel mezzogiorno, *L'A*, nº2) citado por Pedro Vieira de Almeida, *Ensaio sobre algumas Características do Espaço ...*, p.127

54. Pedro Vieira de Almeida, *Ensaio sobre algumas Características do Espaço ...*, p. 127

55. Pedro Vieira de Almeida, *Ensaio sobre algumas Características do Espaço ...*, p. 96

56. Pedro Vieira de Almeida, *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional. Caderno 2*. Porto: CEAA, 2013 (2011).

57. V. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Apontamentos para uma Teoria de Arquitectura*. Lisboa: Horizonte, 2008.

significativo nos exemplos recolhidos e registados pelos arquitectos do *Inquérito*, presente em todas as zonas de estudo, se bem que com menor predominância na Zona 5.

Embora a abordagem seja diferente no que se refere à sua origem, uso e significado – com as equipas do Norte mais próximas a vectores antropológicos e as do Sul mais ligadas a factores de ordem climática – todos salientam a importância da varanda como uma componente espacial muito determinante para a caracterização das arquitecturas da respectiva região.

À semelhança da varanda, mas com características de maior contenção e intimidade, o **alpendre**, é igualmente importante para este estudo. Por último, foram também considerados representativos de *espaços-transição*, **pátio** e a **açoteia**, especialmente presentes a sul do Tejo.

Embora se trate de espaços sem uma definição rígida quanto ao seu uso, temos a consciência de que existem diferenças no modo como estes se articulam com o núcleo da habitação.

Se por um lado as **varandas** e os **alpendres** podem estar mais dependentes do próprio processo de habitar e por isso estabelecem uma relação mais íntima e complementar com o núcleo da família, os **pátios**, em especial os associados à tipologia do *monte* alentejano, são espaços de articulação estrutural entre vários núcleos funcionais cuja apropriação acontece sempre numa dimensão colectiva, que não vem pôr em causa a interioridade da casa que é sempre mantida.

Num segundo nível de leitura importa compreender de que forma o *espaço-transição* é entendido e integrado no modo de habitar, e portanto proceder à análise do significado que estes espaços assumem dentro do fogo, assim como a sua articulação e hierarquização com as funções que lhes estão associadas.

A partir dos exemplos do *Inquérito* e das aproximações e sensibilidades que cada equipa reteve na sua análise, pretendemos portanto averiguar qual o valor e significado do *espaço-transição* na arquitectura de matriz vernacular para a “criação de vectores de habitabilidade”.

No que se refere aos exemplos da **Zona 1**, a varanda no **Minho** é considerada uma dependência complementar ao espaço da casa.

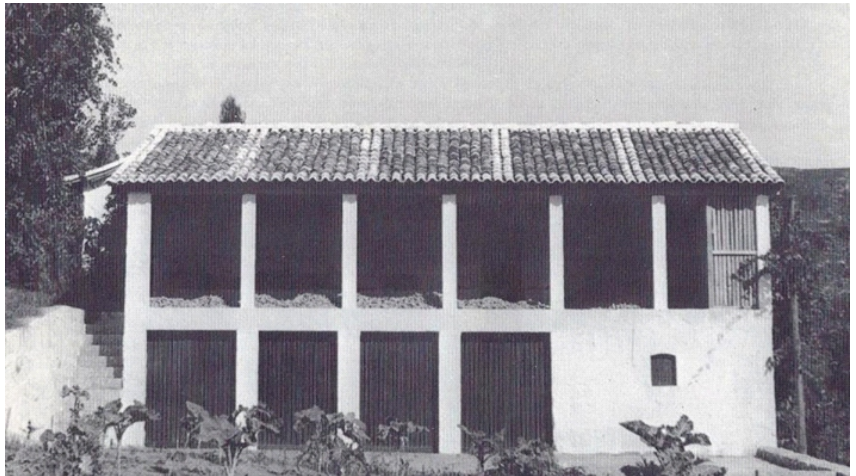
Apesar da comunicação que existe, através de pequenas aberturas muito controladas, cremos que estes exemplos de varanda não podem ser enquadrados numa lógica de entendimento de um espaço fluido, uma vez que não constituem o prolongamento de um espaço interior. Assim, esta varanda constitui-se como um espaço autónomo, no qual “as actividades participam do exterior, da paisagem, do Sol e do ar livre” e aonde é possível sobrepor uma outra utilização qualquer⁵⁸, podendo ser livremente usado ou vivenciado “para “os ócios ou o sossegado labor dos ocupantes”⁵⁹

Casos de estudo particularmente interessantes são os exemplos apresentados

58. Um exemplo é a *varanda do tear* da casa do Monte em Barcelos. Vd. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 56

59. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 57

Casa com sequeiro na aldeia de Anta, S. Paio - Guimarães. Imagem do livro *Arquitetura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 3ª edição: 1988, vol. 1, p. 48



da casa que incorpora no seu modo de habitar a área de sequeiro – que também funciona como sala de trabalho, zona de secagem de roupa, ou o que mais for necessário. Cria-se assim um espaço complementar de livre utilização, sendo que na sua relação conjunta “a casa e o sequeiro equilibram-se nos seus valores”⁶⁰.

Por outro lado, é também expressivo que nos exemplos estudados a varanda não seja um espaço de utilização exclusiva das áreas da habitação que constituem o que funcionalmente se pode entender como uma “zona de permanência diurna”. A sua articulação também com uma “zona nocturna ou íntima”⁶¹ vem, em nosso entender, reforçar a autonomia do carácter de um espaço que é por si só e que não está dependente de tipos de ocupação no habitar.

Mesmo quando as varandas são entendidas sobretudo como corredores de circulação e prolongamento da escada exterior, pela qual se acede ao sobrado, e por isso são elementos “que ligam a entrada da casa com qualquer quarto ou sala”⁶², não deixa de ser possível identificar nos desenhos a colocação de bancos corridos que de certa forma contrariam a exclusiva funcionalidade prática que lhe é atribuída.

Na análise da **Zona 2 de Trás-os-Montes**, a equipa – que procedeu a uma “análise amplamente articulada sobre uma vertente etnológica”⁶³ – refere-se à varanda também como uma “dependência da casa”.

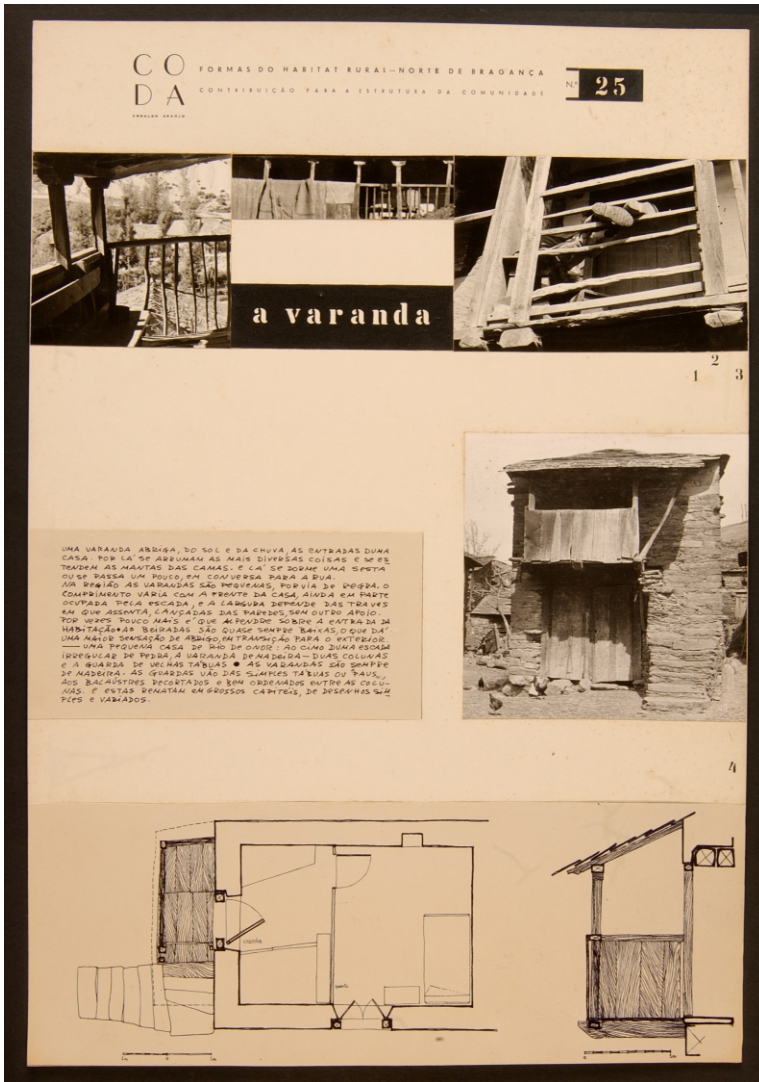
Do nosso ponto de vista, porém, nesta zona as características são um pouco diferentes das encontradas nos exemplos da Zona 1. Agora, a estrutura deste *espaço-transição* flui entre um espaço-interior e um espaço-exterior fortemente marcados. A habitação e a rua como que se complementam, e a varanda ao prolongar-se pela escada “(...) transporta para a rua alguma coisa

60. *Arquitetura Popular em Portugal...*, vol.1 p. 58

61. Tipos de ocupação interna da casa estudados por Nuno Portas, em finais dos anos 50. Nuno Portas, *A Habitação Social. Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura*. Porto: FAUP, Serie 3, 2004 (CODA, ESBAP, 1959)

62. *Arquitetura Popular em Portugal...*, vol.1 p. 91

63. Pedro Vieira de Almeida; Alexandra Cardoso. *Arnaldo Araújo, Arquitecto (1925-1982)*. Porto: CEAA, Edições Caseiras / 1, 2002, p.12



Arnaldo Araújo: *Formas do Habitar Rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade*

da própria vida familiar, não só representada pelo extremamente variado mostruário de objectos que a guarnecem, como de outros tantos que se abrigam, descuidadamente, sob as sombras cavadas pelo balanço das construções.⁶⁴

É muito expressiva a forma como esta equipa sintetiza o carácter deste espaço: “Se a casa é um mundo, a varanda é um pequeno mundo dentro desse mundo. [...] Pressente-se nestas varandas o pulsar da vida destas casas”⁶⁵, ou quando a propósito da escala da rua da aldeia escrevem “...os cantos e recantos de paredes, e escadas e entradas e alpendres compartimentam o espaço em fugas muito variadas de liberdade e escuridão.”⁶⁶

Note-se que, ainda no decorrer do Inquérito e a partir do estudo desta zona, Arnaldo Araújo, um dos membros desta equipa, apresenta a sua tese de

64. *Arquitetura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 146

65. *Arquitetura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 148

66. *Arquitetura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 177

Pedrógão Pequeno: situação actual de um exemplo de varanda envidraçada registado pela equipa das Beiras.



licenciatura, sobre o habitat rural⁶⁷. Ao espaço da varanda é dedicado um dos painéis para expressar que “por lá se arrumam as mais diversas coisas e se estendem as mantas das camas, e lá se dorme uma sesta ou se passa um pouco, em conversa para a rua. As beiradas são quase sempre baixas, o que dá uma maior sensação de abrigo, em transição para o exterior”.

Por sua vez, a equipa da **Zona 3 - Beiras**, considera as “varandas alpendradas frequentemente envidraçadas” como elementos significativos de uma certa maneira de habitar e “porventura os elementos primaciais da Arquitectura Beirã”⁶⁸. Ao ter reforçado as “múltiplas possibilidades” deste tema arquitectónico, “que participa simultaneamente do interior e do exterior das casas”⁶⁹ e que por vezes se converte no espaço “de maior permanência e utilidade”⁷⁰ dentro da mesma, a varanda veio a significar valor acrescido para a arquitectura desta região.

Neste caso, condicionantes de ordem climática – captar os raios do Sol para proteger o beirão de frios rigorosos – estão na génese destas varandas. Nelas “passa-se o tempo e espera-se a morte, quando a idade e a invalidez já não deixam participar nas tarefas úteis”⁷¹.

À medida que descemos para Sul, a casa isola-se mais da rua e prolonga-se para o exterior através de espaços que, apesar de serem ao ar livre, se limitam com muros planos ou se abrigam com trepadeiras ou latadas. Estes espaços, para além de plasticamente expressivos nas suas tramas de luz e de sombra, têm uma função de equilíbrio térmico, frescos no Verão e solarengos no Inverno. Neles se permanece o máximo de tempo que o dia permite. Sempre

67. Arnaldo Araújo, *Formas do Habitar Rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade*. CODA, ESBAP, 1957

68. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p.16

69. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 75

70. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 100

71. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 75



Alpendre numa casa em Vau - Óbidos (© Arquivo Ordem dos Arquitectos – IARP/OAPIX)

que se pode vive-se e trabalha-se nestes espaços. São também locais de reunião entre várias famílias.

Os alpendres, focados na **Estremadura** pela equipa da **Zona 4**, são espaços de continuidade do exterior para o interior da habitação, que marcam pela sua composição e valor plástico a zona da entrada da casa. Esta ligação de continuidade torna-o num espaço mais de atravessamento cuja vivência existe muito em função das condições climáticas, em especial nos invernos temperados.

Estes espaços podem também criar uma “zona protectora e intermédia entre a casa e o exterior”⁷², que pela sua escala contida, pé direito baixo e por vezes a colocação de um ou dois bancos laterais, lhe conferem um carácter mais de espaço de estar.

Podemos verificar como o mesmo elemento arquitectónico – **o alpendre** – pode estruturar níveis de intensidade na relação entre o dentro e o fora que se vem reflectir no modo de usar a casa.

Importa ainda registar a existência nesta zona, de uma solução singular, diferente de todas as que temos vindo a apreciar mas que, em termos

72. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 217

Pátio numa casa em Corte Serrano - Alcoutim (©
Arquivo Ordem dos Arquitectos – IARP/OAPIX)



vivenciais, temos que enquadrar dentro da noção de *espaço-transição*: é o caso das casas das zonas rurais em torno de Lisboa, em que todo o interior da casa se articula a partir de uma área de entrada ampla, que acolhe o pavimento da rua, e que expressivamente se chama “sala de fora”.

Por sua vez, a equipa da **Zona 5 – Alentejo**, sublinha a influência da paisagem da grande planície alentejana na organização de um dos grandes grupos de construção desta região – o *monte*.

Estas herdades agrícolas estão quase sempre implantadas sobre uma suave colina ou cabeço. O seu isolamento na paisagem reflecte-se na arquitectura, através da presença de um certo sentido de protecção, patente na sua construção em torno de um grande pátio fechado que permite a articulação e vigilância entre as diferentes dependências. Em contrapartida, o exterior apresenta apenas pequenas aberturas, muitas vezes gradeadas, sobressaindo o carácter sóbrio, sólido e compacto da construção, reforçado pelo seu sentido de horizontalidade.

A organização funcional é bem clara e estruturada: a habitação do feitor, as dependências dos empregados, a área destinada aos animais, as arrecadações

para os produtos e máquinas agrícolas e o forno de pão articulam-se em torno do pátio central. Elemento primacial de todo o conjunto, a vivência deste espaço exterior é sustentada na relação com o colectivo, que não se mistura com a intimidade inerente ao uso dos espaços interiores.

Por último, na **Zona 6 do Algarve**, para além do uso frequente da varanda considerado por esta equipa um “elemento importante no carácter arquitectónico desta Zona”⁷³, surge uma nova configuração de mais um espaço que é complemento à habitação, a **açoteia**, “sistema de cobertura horizontal que serve para a seca dos frutos, dos cereais, dos feijões e das abóboras”⁷⁴, à semelhança da *eira* do Norte, mas agora inserida dentro dos limites da casa.

Tão usados como as açoteias, os pátios algarvios são também elementos que caracterizam esta região. Adossado à habitação no plano da sua entrada a Sul, este espaço aberto, que apenas as condições favoráveis do clima tornam possível, é o prolongamento da sala para o exterior contendo “perfeitas condições de habitabilidade e utilização”⁷⁵.

O pavimento revestido com tijoleira semelhante à usada no interior e os muretes baixos e corredos com recorte para a sua utilização como bancos, qualificam esta zona de estar e de convívio como uma verdadeira sala ao ar livre. Aí a parreira desempenha o papel de filtro térmico por excelência: fornece os frutos e a sombra no Verão, e no Inverno, sem folhas, deixa os raios solares passar livremente.

As casas em banda dos pescadores das vilas de Olhão e Fuseta são exemplos de unidades de habitação que encerram em si alguma singularidade na forma como são vividas. O interior é um contínuo de espaços que se transformam: “o corredor de quartos alarga-se para se transformar numa dependência para refeições e trabalho”⁷⁶ e a cozinha por vezes reduz-se a uma lareira no exterior, protegida sob o vão das escadas. Para o exterior, esta continuidade verdadeiramente dinâmica estabelece-se através de um jogo de planos que configuram o pátio, as escadas e a açoteia.

Notas Finais

O lançamento da informação trabalhada em novos mapas-resumo, abrangendo as 6 zonas veio permitir uma leitura integrada de todo o território nacional. Desta informação resultou não só uma redefinição tipológica formulada sobre os exemplos retidos no 'Inquérito' mas também a possibilidade crítica de um novo diálogo entre os campos erudito e vernacular na linguagem arquitectónica em geral.

A partir da *Arquitectura Popular em Portugal*, desbravou-se um caminho nunca explorado até agora, que nuclearmente correspondeu a uma tentativa de retirar da documentação publicada linhas de leitura consistentes que

73. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 168

74. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 129

75. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 162

76. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 204

vieram a mostrar-se estruturadoras de conclusões operativas específicas, não convergentes com as que foram registadas no trabalho original.

Este tratamento gráfico prévio da informação foi fundamental para a globalidade da nossa investigação, não só porque se tratou de um reconhecimento criticamente orientado do “Inquérito”, mas também porque, simultaneamente, correspondeu a um ponto particularmente delicado do trabalho, tendo exigido uma grande atenção e uma sensibilidade disciplinada para os exemplos a estudar. Estes irão apoiar a defesa do tipo de elementos expressivos na linguagem arquitectónica que nos propusemos analisar, isto é, a importância da “**espessura da parede**” na determinação do espaço interior e o significado social do “**espaço-transição**” na socialização da casa⁷⁷.

A partir destes dois parâmetros, consideramos ser possível estabelecer hipóteses de leitura do *Inquérito*, tomado agora na sua totalidade através de uma metodologia de trabalho transversal a todas as zonas.

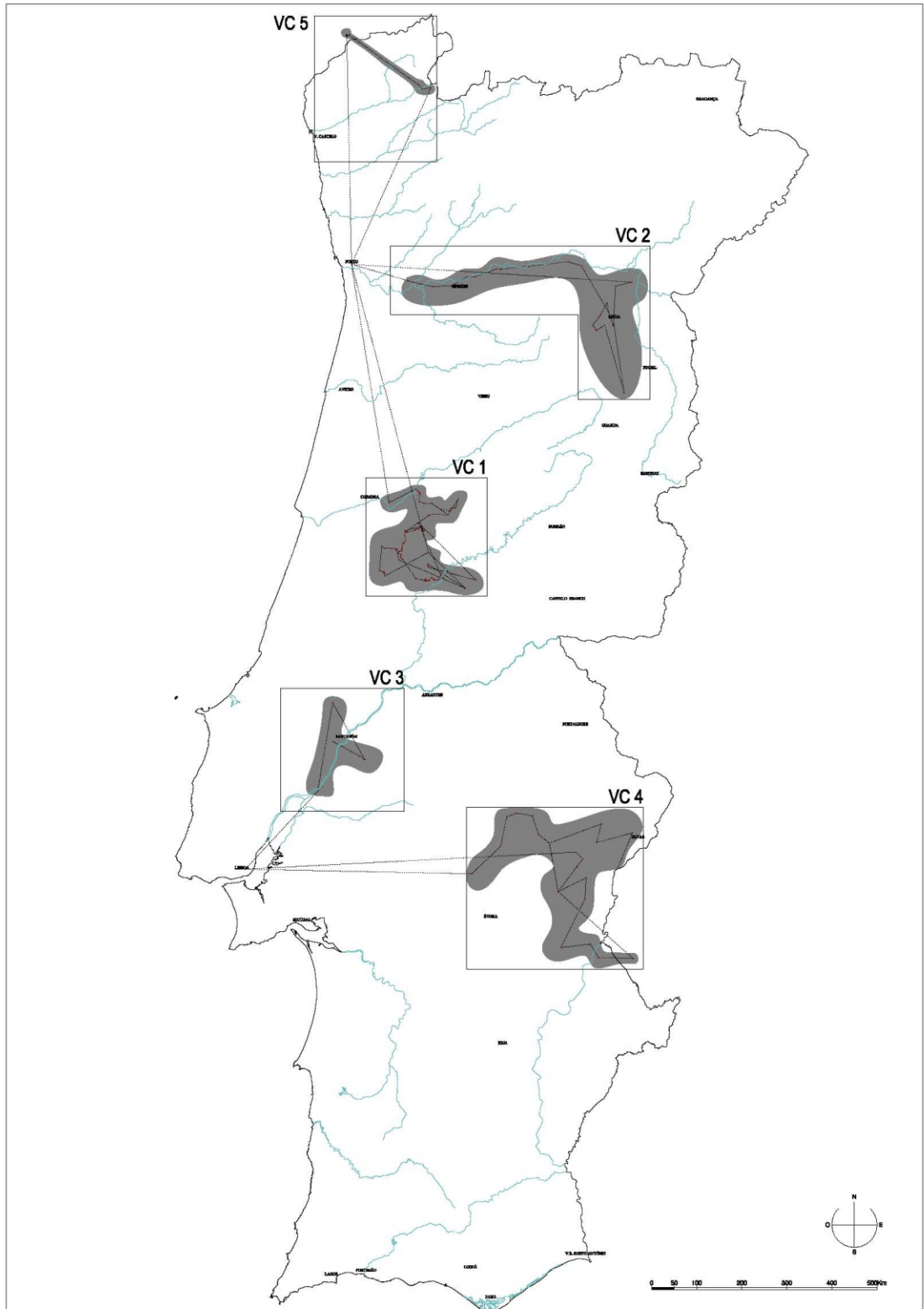
Sobre um registo inicial de informação com múltiplos critérios e não sistematizado, foi então possível criar um novo ponto de partida para ensaiar outras interpretações sobre o significado dos exemplos de um riquíssimo repositório de arquitectura de um Portugal entretanto já desaparecido, que fosse mais além de uma pura classificação abstracta por tipos, pouco operativa, em que “aspectos meramente formais ou meramente programáticos, se tomados isoladamente, podem vir a ter menor cabimento”⁷⁸.

77. Pedro Vieira de ALMEIDA – *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Sordina. Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional. Caderno 1.* Porto: CEAA, 2012

78. dro Vieira de ALMEIDA – *Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Sordina. O propósito de uma investigação. Documento zero.* Porto: CEAA, 2010, p. 19

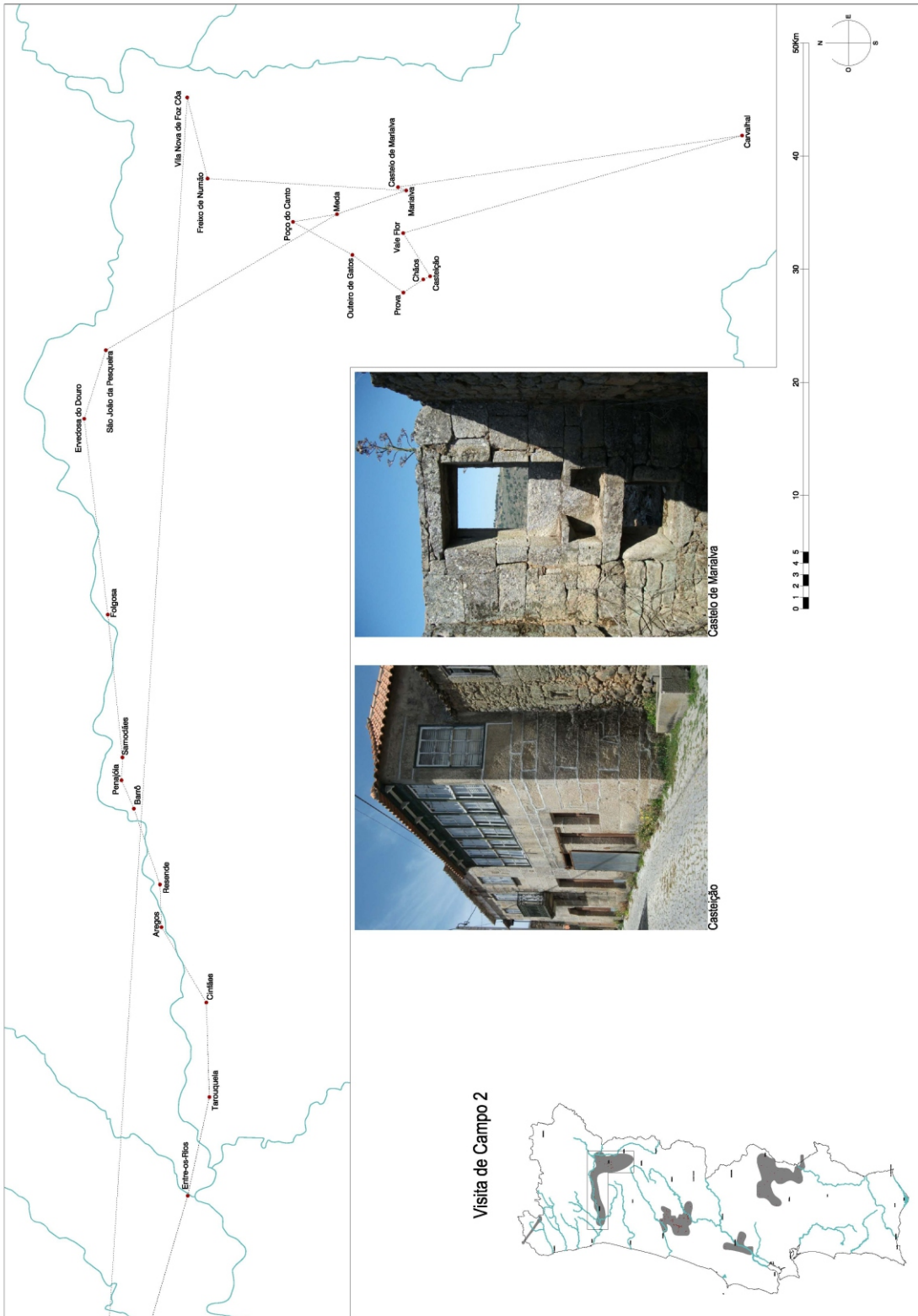
ANEXOS

MAPA GERAL DAS VISITAS DE CAMPO



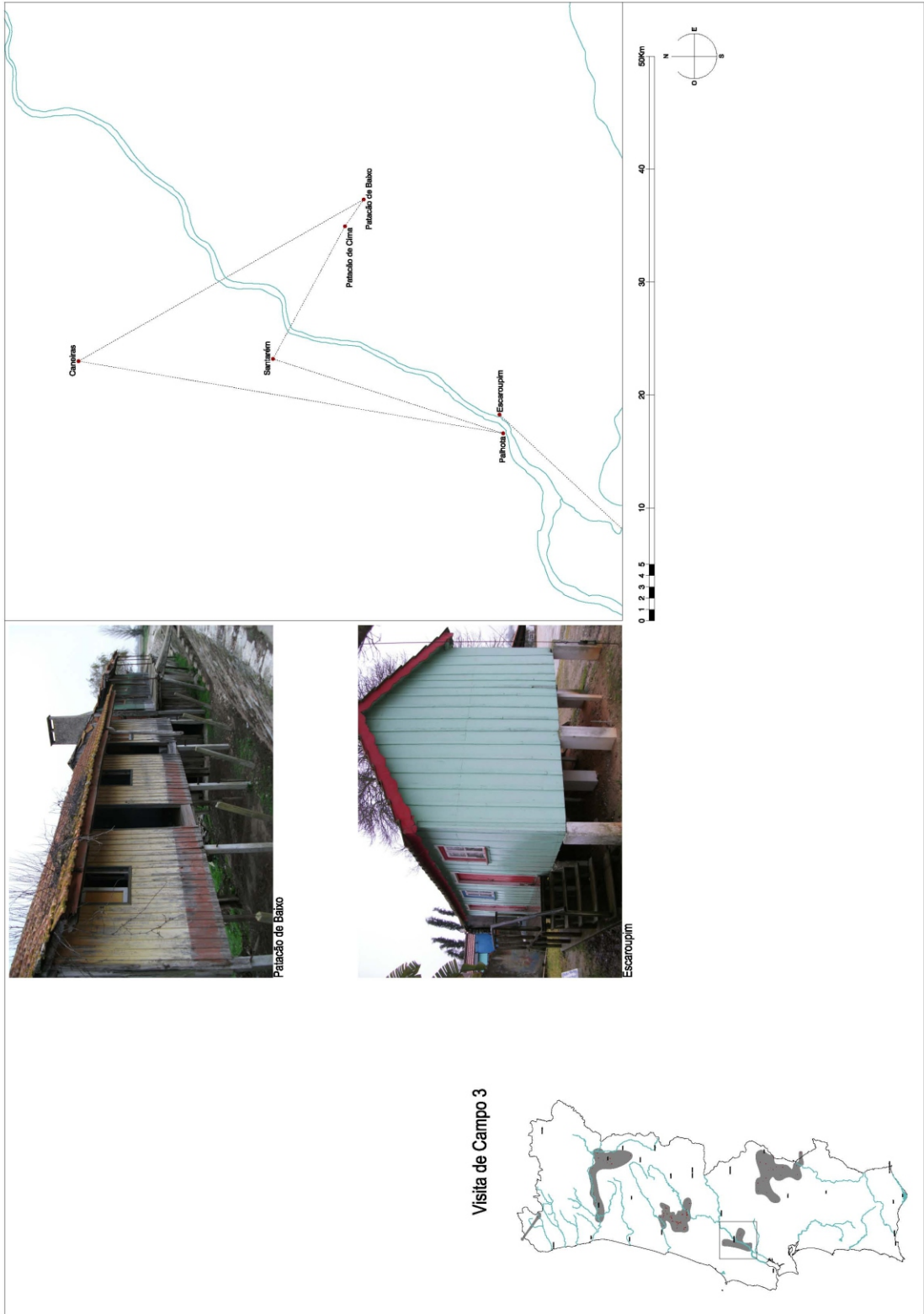
Mapa com a localização das 5 visitas de campo

MAPA DA VISITA 2



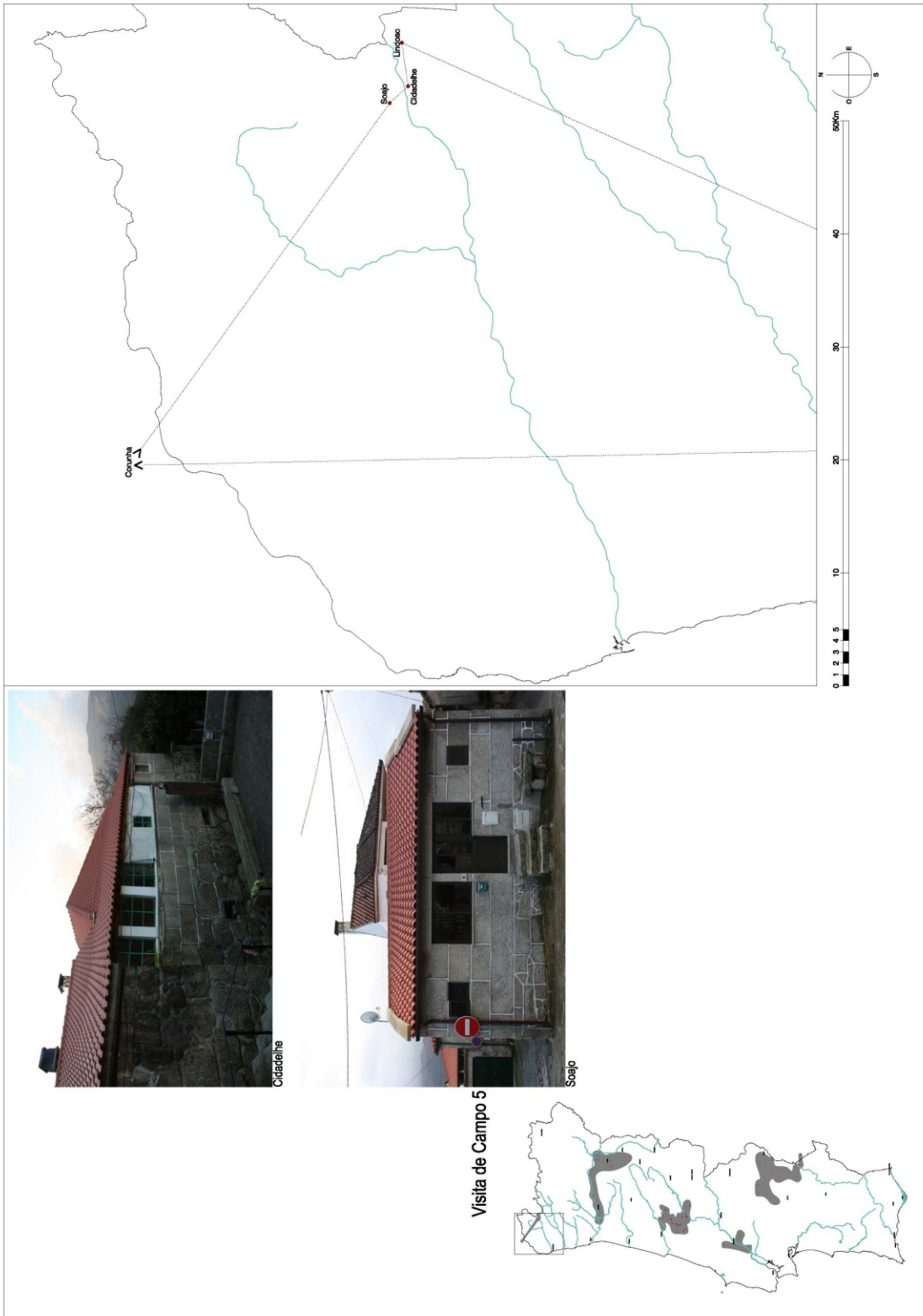
Exemplo de espaço transição e de parede espessa Beiras 2011

MAPA DA VISITA 3



Exemplos de habitação em madeira (paredes de gada) Estremadura 2011

MAPA DA VISITA 5



Situação actual de exemplos registados pela equipa do Minho 2012

As Edições Caseiras, publicadas pelo Centro de Estudos Arnaldo Araújo da ESAP, pretendem divulgar em pequenos cadernos, estudos académicos sujeitos a revisão por pares (*peer review*), elaborados no seu âmbito de investigação e interesses.

Este é o terceiro volume das conclusões do projecto de investigação A Arquitectura Popular em Portugal. Uma Leitura Crítica. Nele dá-se notícia do trabalho de campo realizado e da reflexão plasmada em mapas e cartas que contribuíram decisivamente para a leitura crítica que do Inquérito foi realizada, com vista a apoiar o tipo de elementos expressivos a linguagem arquitectónica que nos tínhamos imposto analisar isto é a importância da espessura da parede na determinação do espaço interior e o significado social do espaço-transição na socialização da casa.



União Europeia - FSE / FEDER

